

Introdução ao estudo

MIGRAÇÕES E SUSTENTABILIDADE DEMOGRÁFICA

Organizadores

João Peixoto

Daniela Craveiro

Jorge Malheiros

Isabel Tiago de Oliveira



GOMES, Cristina Sousa

Professora Auxiliar na Universidade de Aveiro, Investigador na Unidade de Investigação Governança Competitividade e Políticas Públicas da mesma instituição. Doutorada em Demografia pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

CRAVEIRO, Daniela

Doutorada em Sociologia pela Universidade do Minho. Investigadora no Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS/CSG) da Universidade de Lisboa (ISEG/ULisboa). Áreas de interesse: envelhecimento e desigualdade social.

Diogo de Abreu

Geógrafo, Professor Catedrático no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território e investigador no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (IGOT). Áreas de interesse: demografia, economia, envelhecimento e migrações.

COSTA, Eduarda Marques da

Professora Associada do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa e investigadora do Centro de Estudos Geográficos (IGOT) da mesma instituição. Áreas de interesse: planeamento e políticas públicas.

OLIVEIRA, Isabel Tiago de

Professora Auxiliar no ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa e investigadora do CIES (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia). Concluiu o Mestrado e o Doutoramento na área da Demografia pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

PEIXOTO, João

Professor Catedrático no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG/ULisboa) e investigador no SOCIUS/CSG da mesma instituição. Licenciado em Sociologia pelo ISCTE e doutorado em Sociologia Económica e das Organizações pelo ISEG.

MALHEIROS, Jorge

Geógrafo, investigador do Centro de Estudos Geográficos e professor associado do IGOT da Universidade de Lisboa. Publica e desenvolve investigação nas áreas dos estudos sociais urbanos, migrações internacionais e relações transnacionais.

ALVES, José

Doutorando, Mestre e Licenciado em Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG/ULisboa). Investigador na UECE (Research Unit on Complexity and Economics), com enfoque nas áreas da macroeconomia e das finanças públicas.

MOREIRA, Maria João Guardado

Doutorada em Sociologia, especialidade Demografia (FCSH/NOVA). Professora Coordenadora no Instituto Politécnico de Castelo Branco/ESE. Investigadora do CEPESE. Áreas de interesse: demografia, demografia regional, envelhecimento, migrações e saúde.

GARCIA, Maria Teresa Medeiros

Professora Auxiliar com Agregação do ISEG, Universidade de Lisboa, e investigadora na UECE, ISEG, nas áreas de economia das pensões e economia financeira. Autora de três livros e de diversos artigos em revistas internacionais da especialidade.

ALBUQUERQUE, Paula

Professora Auxiliar com Agregação no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG/ULisboa) e membro do SOCIUS/CSG da mesma instituição. Licenciada e doutorada em Economia pelo ISEG/UTL.

ESCÁRIA, Vítor

Professor Auxiliar no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG/ULisboa). Investigador e presidente da Comissão Directiva do CIRIUS da mesma instituição. Doutoramento em Economics pela Universidade de York, Reino Unido.



Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 8.º piso
1099-081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

© Fundação Francisco Manuel dos Santos
Abril de 2017

Director de Publicações: António Araújo

Título: Introdução ao estudo – Migrações e sustentabilidade demográfica:
perspetivas de evolução da sociedade e economia portuguesas

Autores: João Peixoto
Daniela Craveiro
Jorge Malheiros
Isabel Tiago de Oliveira
(organizadores)
Cristina Sousa Gomes
Daniela Craveiro
Diogo de Abreu
Eduarda Marques da Costa
Isabel Tiago de Oliveira
João Peixoto
Jorge Malheiros
José Alves
Maria João Guardado Moreira
Maria Teresa Medeiros Garcia
Paula Albuquerque
Vitor Escária

Revisão de texto: João Ferreira

Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign

Impressão e acabamentos: Guide – Artes Gráficas, Lda.

ISBN: 978-989-8863-18-8
Depósito Legal 426 247/17

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade
dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Os autores desta publicação adoptaram o novo Acordo Ortográfico.

A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra
deve ser solicitada aos autores e ao editor.

Introdução ao estudo

MIGRAÇÕES E SUSTENTABILIDADE DEMOGRÁFICA

**perspetivas de evolução da sociedade
e economia portuguesas**

Introdução ao estudo

MIGRAÇÕES E SUSTENTABILIDADE DEMOGRÁFICA

**perspetivas de evolução da sociedade
e economia portuguesas**

João Peixoto
Daniela Craveiro
Jorge Malheiros
Isabel Tiago de Oliveira
(organizadores)

Cristina Sousa Gomes
Daniela Craveiro
Diogo de Abreu
Eduarda Marques da Costa
Isabel Tiago de Oliveira
João Peixoto
Jorge Malheiros
José Alves
Maria João Guardado Moreira
Maria Teresa Medeiros Garcia
Paula Albuquerque
Vítor Escária

ÍNDICE

Migrações e sustentabilidade demográfica

11	Introdução
	Capítulo 1
17	Migrações de substituição e envelhecimento populacional
18	1.1. Migrações de substituição: primeira geração de estudos
21	1.2. Migrações de substituição: desenvolvimentos recentes
25	1.3. Considerações finais
	Capítulo 2
27	Demografia e migrações de substituição: resultados de um exercício prospetivo
27	2.1. Metodologia
30	2.2. Estimativas de migrações de substituição
33	2.3. Estimativa da população com a inclusão de migrações de substituição
35	2.4. Considerações finais
	Capítulo 3
37	Migrações de substituição e economia portuguesa
37	3.1. Metodologia
37	(a) Projeção do volume de emprego
41	(b) Projeção das necessidades de recursos humanos num cenário sem migrações
43	3.2. Necessidades de recursos humanos por cenário económico
48	3.3. Estimativas das migrações de substituição para assegurar os recursos humanos necessários por cenário económico
51	3.4. Considerações finais

	Capítulo 4
53	Segurança Social e migrações de substituição: o caso do sistema de pensões de velhice
54	4.1. Metodologia
55	(a) Projeção da receita relacionada com pensões de velhice
57	(b) Projeção da despesa relacionada com pensões de velhice
59	4.2. Projeção dos saldos financeiros relativos às receitas e despesas com pensões de velhice por cenário económico
59	(a) Admitindo migrações de substituição
61	(b) Admitindo ausência de migrações de substituição
62	(c) Impacto das migrações de substituição
64	4.3. Considerações finais
67	Conclusão
75	Bibliografia

Introdução

João Peixoto e Jorge Malheiros

Este livro apresenta um sumário dos resultados do projeto de investigação “Migrações de substituição e sustentabilidade demográfica: perspetivas de evolução da sociedade e economia portuguesas” (MIGSUB), financiado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos. Este projeto, que decorreu entre outubro de 2015 e janeiro de 2017, foi elaborado por uma equipa multidisciplinar, integrando investigadores da Universidade de Lisboa (ISEG e IGOT), ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade de Aveiro e Instituto Politécnico de Castelo Branco. Os resultados completos constam do relatório final, disponível na internet em www.ffms.pt.

O estudo pretende avaliar as tendências de evolução futura da população residente em Portugal, tendo em conta os volumes de migração que serão necessários para assegurar a sua sustentabilidade. Numa vertente demográfica, pretende-se avaliar a dimensão do saldo migratório necessário para a compensação do processo de envelhecimento e declínio populacional. Numa vertente económica, o objetivo é avaliar a satisfação das necessidades futuras de recursos humanos, no total e por níveis de qualificação, calculando as migrações necessárias à reposição da força de trabalho. Numa vertente de políticas sociais, pretende-se conhecer o impacto das migrações no equilíbrio do sistema previdencial da Segurança Social, em particular no caso do sistema de pensões de velhice.

A noção fundadora do estudo é a de “migrações de substituição”. Esta noção começou a ser amplamente debatida desde que as Nações Unidas publicaram, em 2000, um relatório intitulado *Migrações de substituição: uma solução para populações em declínio e envelhecimento?* (ONU, 2000)¹. Neste documento, as migrações de substituição são definidas como o volume de migrantes

1 *Replacement Migration: Is It a Solution to Declining and Ageing Populations?*

necessário para compensar o decréscimo do saldo natural da população (diferença entre nascimentos e óbitos) e evitar a progressão do declínio e envelhecimento populacional. Esta metodologia, na sua versão clássica, permite chegar ao volume de migrações necessárias para assegurar a manutenção futura de parâmetros como a dimensão da população total, a dimensão da população em idade ativa (15-64 anos) e o rácio entre população em idade ativa e população idosa (índice de sustentabilidade potencial).

No âmbito dos trabalhos sobre migrações de substituição o presente estudo localiza-se entre os mais inovadores, integrando as dimensões demográfica, económica e política. O estudo desenvolve-se também na linha de outros ensaios prospetivos elaborados para a realidade portuguesa, mas complementando abordagens anteriores em vários aspetos: as estimativas demográficas e económicas foram atualizadas em função dos dados mais recentes (neste sentido, os efeitos da crise económica posterior a 2008 foram considerados nos modelos); o período de projeção vai de 2015 até 2060; a componente de relação com a atividade económica foi aprofundada, sendo calculadas as migrações de substituição necessárias para fazer face às necessidades de recursos humanos na economia portuguesa; a vertente das qualificações foi levada em conta, considerando as necessidades futuras da economia; e considerou-se o impacto do envelhecimento e das migrações de substituição sobre o equilíbrio financeiro do sistema de pensões de velhice do sistema previdencial da Segurança Social.

Com base na noção de migrações de substituição desenvolveram-se, assim, alguns exercícios prospetivos para o período entre 2015 e 2060. Depois de examinar as tendências da demografia, economia e Segurança Social portuguesa nas últimas décadas, procurou-se refletir sobre as possibilidades de evolução futura, estabelecendo como horizonte temporal o ano 2060. Naturalmente, não quisemos prever o futuro. As muitas situações inesperadas que sucederam no mundo – e em Portugal – durante o período em que este trabalho foi realizado tornam implausível qualquer tentativa de previsão. A opção foi, antes, a de definir vários cenários, que nos indicam o que poderá suceder se determinados factos ocorrerem. A abordagem utilizada é do tipo “se, então”. Como em outros ensaios prospetivos, são procurados cenários com alguma probabilidade de concretização, mas sem a ambição de contrariar a incerteza da realidade.

A definição dos cenários de evolução, em particular nas áreas onde é menos comum a estimação a longo prazo, foi um dos passos mais críticos da pesquisa. Mas admitiu-se que, apesar do elevado grau de incerteza existente em todas as projeções, elas são necessárias para orientar um comportamento informado. Cidadãos, políticos e governantes devem tomar decisões com base em evidências robustas. Estabelecer o desejo de concretização de determinados cenários pode fazer com que estes se confirmem ou desmintam. Por exemplo, criar um cenário onde se observem as consequências negativas do declínio demográfico para o funcionamento da economia poderá levar a que sejam concebidas políticas para que ele não suceda. Por outras palavras, mais do que fazer previsões importa orientar as decisões, sobretudo quando se trata de políticas públicas.

A necessidade de operacionalização dos modelos num quadro que privilegia uma abordagem quantitativa das dinâmicas demográficas, económicas e de sustentabilidade financeira de um determinado segmento da Segurança Social levou a que fossem adotados pressupostos para a construção de cenários e projeções e se tivessem efetuado numerosas simplificações. Tal implicou, necessariamente, a exclusão de diversas áreas de estudo. Por este motivo, não se equacionaram algumas questões importantes. Por exemplo, o estudo da Segurança Social cingiu-se apenas ao equilíbrio financeiro do sistema de pensões de velhice do sistema previdencial. Foram ignorados outros impactos no campo das políticas sociais, como o apoio ao desemprego ou as políticas de integração. Mais em geral, o estudo não se debruçou sobre as consequências sociais e políticas das migrações, uma vez que esse tema não se encontrava no seu foco específico. Não foram também equacionados os padrões de integração dos imigrantes e a sua relação com a população de acolhimento.

O presente livro compila os principais resultados desta extensa investigação, estando omissos os resultados de alguns dos exercícios realizados, apresentados em detalhe no relatório completo do projeto. Para além desta Introdução, o livro está estruturado em cinco capítulos.

O Capítulo 1 efetua uma síntese dos estudos disponíveis sobre o conceito de migrações de substituição. São lembradas as contribuições pioneiras sobre este tema, bem como os desenvolvimentos recentes. Como se referiu, o estudo que agora se apresenta acrescenta alguns contributos inovadores aos já conhecidos.

O Capítulo 2 efetua um exercício aprofundado acerca das migrações de substituição em Portugal. É equacionada a dinâmica da demografia portuguesa sem migrações (subordinada apenas ao efeito da fecundidade e mortalidade) e avaliado o volume das migrações que seriam necessárias para manter constante a população total, a população em idade ativa e o índice de sustentabilidade potencial.

O Capítulo 3 efetua uma análise comparada da dinâmica demográfica com a económica. Começa com a projeção da evolução da economia portuguesa para as próximas décadas, avaliando o impacto de diferentes variações do Valor Acrescentado Bruto (VAB)² e da produtividade no nível de crescimento económico, por setor de atividade. São assim calculados os níveis de emprego correspondentes a três cenários, no total e por nível de qualificação. Calculando a população ativa e empregada que resulta do crescimento demográfico sem migrações (“oferta demográfica”), e comparando-a com os níveis de emprego esperados nos três cenários (“procura económica”), deduzem-se as necessidades de recursos humanos e migrações de substituição, no total e por nível de qualificação.

O Capítulo 4 retoma os cenários de crescimento económico, fazendo-os variar em função da disponibilidade ou não de recursos humanos. São comparados os efeitos no sistema de pensões de velhice que decorrem de uma situação em que a economia dispõe de força de trabalho suficiente (através de migrações de substituição), com aqueles que resultariam de uma economia estrangulada pela escassez de recursos humanos.

Por fim, apresenta-se uma síntese conclusiva. Nela confirmam-se os argumentos apresentados nas secções anteriores, em particular que o envelhecimento é inelutável e que as soluções para os problemas gerados ultrapassam em muito a dinâmica das migrações. Note-se que o envelhecimento não é, em si próprio, um problema – como as pessoas que envelhecem com saúde podem confirmar. Mas coloca desafios aos modelos de organização social e económica que devem ser ultrapassados. A escassez prospetiva de recursos humanos na economia e maiores desequilíbrios no sistema de pensões são alguns desses problemas.

2 O Valor Acrescentado Bruto (VAB) representa o valor bruto da produção deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo. O Produto Interno Bruto (PIB), quando resulta da soma dos diversos VAB da economia a que acrescem os impostos sobre os produtos, também é apelidado de PIB na ótica da produção.

A maior novidade deste estudo é observar, de forma comparada, estas dinâmicas. Estabelecendo os níveis de migrações que seriam necessários para compensar os desequilíbrios demográficos, económicos e do sistema de pensões de velhice, permite concluir que Portugal se deve manter um país aberto à imigração e resistente a novos êxodos emigratórios, como o que ocorreu depois da crise económica de 2008. Mas ao estabelecer que os níveis de migração necessária são muito mais elevados do que os conhecidos, alerta também para a necessidade de procurar outras soluções. Em suma, este estudo não pretende prever o futuro, mas contribuir para a reflexão sustentada sobre os futuros possíveis. Apenas assim, com base em mais e melhor informação, será possível tomar opções que conduzam à construção do “futuro desejado”, mitigando riscos, antecipando ameaças e potenciando oportunidades.

Capítulo 1

Migrações de substituição e envelhecimento populacional

Daniela Craveiro e João Peixoto

O envelhecimento populacional é um fenómeno mundial. Resulta da combinação da diminuição da fecundidade³ e do aumento da esperança média de vida⁴ que se observam, a diferentes ritmos, na generalidade do globo.

Apesar da transversalidade deste fenómeno existem realidades demográficas muito variadas, mesmo no continente europeu. De facto, apesar da relativa convergência dos níveis de fecundidade e mortalidade⁵ entre os países da Europa, mantêm-se grandes diferenças entre saldos migratórios⁶, resultando em trajetórias diversas de progressão e ritmo do envelhecimento (Coleman, 2008; Sobotka, 2008; Lanzieri, 2011; Wilson *et al.* 2013).

Sempre que o saldo migratório assume valores positivos e a entrada de população adulta é significativa, as migrações contribuem para mitigar o efeito do envelhecimento. Por outro lado, quando o valor do saldo é negativo e a saída de população adulta é persistente, as migrações contribuem para uma aceleração do envelhecimento.

Os vários ritmos de envelhecimento a que se assiste na Europa são mais preocupantes nos países que conjugam reduzida fecundidade e emigração

- 3 Habitualmente é avaliada pelo índice sintético de fecundidade, isto é, o número médio de crianças nascidas por mulher em idade fértil, ou seja, entre os 15 e os 49 anos de idade, considerando que se mantém constante a fecundidade por idade observada num dado momento.
- 4 Esperança média de vida é o número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, se as condições de vida se mantiverem idênticas às do momento do nascimento.
- 5 Neste contexto remete para as estimativas da esperança média de vida, isto é, o número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver.
- 6 O saldo migratório é a diferença entre o número de pessoas que imigram (entradas) e o número de pessoas que emigram (saídas), considerando nos dois casos as deslocações envolvendo a intenção de mudança de residência por um período igual ou superior a um ano.

significativa (Sobotka, 2008), como aconteceu recentemente em Portugal. A migração é, pois, um fator-chave na dinâmica populacional europeia.

Dada a crescente importância desta componente na evolução demográfica das populações, vários investigadores têm vindo a focar-se na contribuição da migração para a compensação do envelhecimento populacional (Ediev *et al.*, 2013; Wilson *et al.*, 2013).

A estratégia de investigação que tem ganho particular relevância, neste âmbito, relaciona-se com o conceito de migrações de substituição. O termo refere-se ao volume de migrantes necessário para compensar os défices populacionais associados ao envelhecimento populacional que, como veremos, podem ser estimados em função de diferentes critérios. O presente capítulo tem como objetivo apresentar a evolução desse conceito, através da revisão das principais fases, estudos e conclusões relacionados com migrações de substituição.

1.1. Migrações de substituição: primeira geração de estudos

O conceito de migração de substituição surge no contexto do debate sobre o papel das migrações no processo do envelhecimento populacional. O tema ganha particular destaque na viragem para o século XXI, com a publicação do relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) (2000) intitulado *Migrações de substituição: Uma solução para populações em declínio e envelhecimento?* A publicação é considerada um marco fundamental sobre o tópico, ainda que seja possível identificar pesquisas baseadas no conceito de migração de substituição desde os anos 80 do século XX.

No relatório da ONU (2000) as migrações de substituição são abordadas no âmbito de uma comparação internacional. O estudo analisa o papel das migrações na atenuação dos efeitos do declínio e envelhecimento populacional ao longo de meio século (entre 1995 e 2050), considerando o caso de oito países (Alemanha, Coreia do Sul, França, Itália, Japão, Reino Unido, Rússia e Estados Unidos da América) e duas regiões (Europa e União Europeia-15) com níveis de fecundidade abaixo da substituição de gerações.⁷ Os autores estimaram os saldos migratórios que seriam necessários para: (i) prevenir o

7 Nos países desenvolvidos admite-se que o nível de substituição de gerações é equivalente a 2,1 crianças por mulher.

declínio do volume da população, (ii) manter constante o volume da população em idade ativa (15-64 anos), (iii) manter constante o índice de sustentabilidade potencial (número de pessoas dos 15 aos 64 anos por cada pessoa de 65 ou mais anos) e (iv) assegurar que este índice não desça abaixo de 3.

Este exercício permitiu demonstrar que, para compensar o declínio da dimensão populacional na União Europeia (UE15) entre 1995 e 2050, o volume do saldo migratório necessário seria positivo e de magnitude semelhante aos observados nos anos noventa do século XX (1990-1998). Contudo, para assegurar a manutenção do volume da população em idade ativa ou do índice de sustentabilidade potencial, o fluxo de migrantes teria de assumir valores muito mais elevados do que os observados até então. Por exemplo, para assegurar uma população em idade ativa igual à observada em 1995, a União Europeia teria de quase duplicar o saldo migratório que acolhia anualmente no final dos anos 90. Por outro lado, seria necessário aumentar o saldo migratório anual em quase 15 vezes para manter o índice de sustentabilidade potencial igual ao registado em 1999.

Dada a magnitude dos valores projetados, os autores do relatório discutem as limitações das migrações de substituição enquanto estratégia exclusiva para lidar com as consequências do declínio e do envelhecimento, mas também a necessidade de revisão das políticas e programas de integração da população imigrante, a par da revisão das políticas e programas sociais relacionados com o trabalho e reforma, para acompanhar as transformações demográficas em curso (ONU, 2000).

A grande disseminação dos resultados, tanto no mundo académico como na comunicação social, parece ter contribuído para uma interpretação abusiva das conclusões, levando o público em geral a tomar as simulações apresentadas como recomendações políticas. Mas essa interpretação não teve em conta as implicações dos pressupostos assumidos para o exercício, bem como a possível evolução da definição operativa das categorias de ativos, dependentes e idosos (Espenshade, 2001). Outro fator que pode ter contribuído para algum mal-entendido pelo público em geral diz respeito aos objetivos demográficos, que provavelmente contribuíram para a ideia da necessidade impreterível de manter a população em determinados valores ou manter determinados rácios etários ou rácios de suporte (Coleman, 2000; Grant, 2001).

Os pressupostos e a metodologia do estudo foram também criticados no campo científico. O envelhecimento populacional é uma tendência discutida há várias décadas. Apesar de ser sinalizado como um importante desafio para as sociedades contemporâneas, muitos autores distanciam-se da dramatização excessiva das suas eventuais consequências, tal como enunciadas no relatório. Para além disso, foi também criticado o excesso de peso atribuído às migrações de substituição e a pouca consideração de outros fatores intervenientes – como a fecundidade ou o crescimento económico (Vishnevsky, 2000; Coleman, 2000; Grant, 2001; Coleman e Rowthorn, 2011; Saczuk, 2013).

Apesar das críticas, a abordagem apresentada no relatório da ONU deu visibilidade ao debate sobre o papel das migrações na evolução demográfica dos países mais desenvolvidos. Nesta publicação, a projeção das migrações de substituição apresenta-se como uma poderosa ferramenta analítica na apreciação da evolução do processo do envelhecimento, permitindo quantificar e comparar as suas implicações. Consequentemente, nos anos seguintes foram desenvolvidos novos estudos com base na aplicação e adaptação da metodologia da ONU, estendendo a análise a outras populações e intervalos temporais.

A metodologia foi já aplicada tendo como referência a população residente em Portugal. Num estudo prospetivo de Rosa e colaboradores (Rosa *et al.*, 2004) procurou-se estimar o saldo migratório necessário para impedir o aumento de alguns rácios de envelhecimento em Portugal, entre 2001 e 2021. Assegurar o índice de envelhecimento (número de indivíduos com 65 ou mais anos por cada 100 indivíduos com menos de 15 anos) até 2021 implicaria um saldo migratório superior a +161.000 pessoas por ano (isto é, mais 161.000 imigrantes que emigrantes). Manter o número de pessoas em idade ativa por pessoas em idade idosa seria um objetivo ainda mais exigente, implicando um fluxo anual positivo de +188.000 pessoas. Estes valores eram muito mais elevados do que os observados até então. Apesar do estudo demonstrar as contribuições positivas das migrações para a estrutura etária da população, as estimativas sinalizam os limites das migrações para compensar o envelhecimento populacional em Portugal.

Em síntese, na primeira geração de estudos sobre migrações de substituição é estimado o volume e analisado o papel das migrações nas estruturas demográficas de vários países. As projeções destas necessidades migratórias apontam para valores muito elevados, que podem ser tomados como

manifestações quantitativas da agudização do processo de envelhecimento populacional em muitos países, mas também como um alerta quanto aos limites de uma abordagem que equaciona o papel das migrações independentemente da evolução de outros fatores.

1.2. Migrações de substituição: desenvolvimentos recentes

Progressivamente, os estudos de migrações de substituição têm vindo a integrar a dimensão económica nos exercícios de projeção, de forma a equacionar o papel das migrações na atenuação das consequências económicas e demográficas do envelhecimento populacional. Nesta nova geração de estudos é possível identificar a sofisticação e diversidade de metodologias aplicadas, bem como uma aposta na regionalização dos exercícios.

O projeto ESPON⁸ (2006) estimou as migrações de substituição relacionadas com os objetivos demográficos habitualmente explorados para um conjunto mais alargado de países europeus e com base numa abordagem regionalizada (NUTS II de 29 países europeus). Este estudo destaca-se dos anteriores pelo facto de as estimativas serem apresentadas em função de diferentes cenários de desempenho económico. Tal como em estudos anteriores, os resultados do ESPON (2006) demonstram a dificuldade em manter constante a estrutura etária das populações das regiões e países europeus com base nas migrações de substituição, considerando o insustentável fluxo de migrantes que implicaria. A manutenção da dimensão da população em idade ativa, em contrapartida, implicaria saldos migratórios mais baixos, não impedindo, contudo, o envelhecimento populacional, em especial nos países do leste e do sul da Europa.

Um pouco mais tarde, Tyers e Shi (2007) combinam economia e demografia nas suas projeções de migrações de substituição, num modelo que considera 14 regiões do mundo entre 1995 e 2035. Segundo estes autores, os principais impactos económicos do envelhecimento populacional incidem

8 O projeto ESPON foi um projeto de investigação desenvolvido com o objetivo de contribuir para a eficácia da política europeia através da produção, disseminação e promoção de estudos sobre desenvolvimento territorial e ordenamento do território. Considerou as especificidades territoriais dos 25 estados-membros da União Europeia e de quatro parceiros adicionais (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça). A equipa portuguesa do projeto fazia parte do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

nas regiões mais industrializadas (China, Estados Unidos da América, Europa ocidental, Japão). Espera-se nestas regiões uma diminuição da capacidade de poupança e de investimento, ou diminuição do Produto Interno Bruto, mas não necessariamente uma diminuição do crescimento económico *per capita*. Estes autores comparam ainda as implicações económicas em função de dois cenários, dependentes das opções políticas tomadas nos países mais envelhecidos. Estes cenários consistem no aumento da idade de reforma e na adição de fluxos migratórios positivos, de forma a assegurar a estabilidade do índice de dependência de idosos (rácio entre idosos e população em idade ativa), depois do ano 2000, na Austrália, América do Norte, Japão e Europa ocidental. Ambos os cenários contribuiriam para melhorar as perspetivas económicas futuras, por comparação com o cenário de envelhecimento populacional esperado. Contudo, estima-se que o aumento da taxa de atividade nestes países seria mais benéfico para a economia do que a inclusão de migrações de substituição.

Bijak e colaboradores (Bijak *et al.*, 2008; Bijak *et al.*, 2013a) alargaram e atualizaram a metodologia do relatório da ONU para 27 países europeus, para o período 2002-2052. Para além das estimativas mais clássicas, os autores complementam o estudo com a realização de testes de sensibilidade das projeções em função de diferentes cenários de evolução da fecundidade e da taxa de atividade⁹. Se o aumento dos níveis de fecundidade mostra pouco impacto nas projeções, a maximização da taxa de atividade asseguraria a população ativa¹⁰ necessária para que o índice de dependência laboral potencial¹¹ não diminuísse até 2052 em 21 dos 27 países em análise (Bijak *et al.*, 2008; Bijak *et al.*, 2013a; Bijak *et al.*, 2013b).

A integração da dimensão económica e da dimensão demográfica é também central no trabalho de Bruni (2009). O autor propõe um modelo que relaciona a evolução demográfica dependente do saldo natural (diferença entre natalidade e mortalidade) com os saldos migratórios, através da disponibilidade de força de trabalho. Neste contexto, o envelhecimento e o decréscimo populacional são considerados fatores de atração para as

9 A taxa de atividade resulta do rácio entre a população ativa (população com 15 anos ou mais, empregada e desempregada) e a população com 15 anos ou mais anos.

10 População ativa é a população com 15 anos ou mais, empregada ou desempregada. É diferente de população em idade ativa (população com idades compreendidas entre 15 e 64 anos).

11 O índice de dependência laboral potencial é definido pelos autores do estudo como o rácio entre população ativa (população empregada e desempregada) e população inativa (é inativo quem não está empregado nem desempregado, como é o caso da população estudantil, doméstica e reformada).

migrações, se estiverem associados a um défice de mão-de-obra estrutural (com implicações em indicadores como emprego, desemprego e taxa de atividade).¹² A estimativa de necessidades de recursos humanos varia quando se consideram critérios estritamente demográficos ou cenários em que se equaciona o aumento do emprego ou taxa de atividade: na UE-15 (2005-2025), as necessidades de recursos humanos projetadas são muito mais elevadas quando estimadas em função de critérios demográficos clássicos do que quando se considera o aumento da taxa de atividade. Um dos cenários apresentados, que Bruni considera conservador, prevê uma evolução positiva ao nível do emprego e da taxa de atividade, a metade do ritmo que tem sido observado nos últimos anos. Nestas condições, espera-se um aumento da população em idade ativa e um agravamento do índice de sustentabilidade potencial, mas não no que o autor denomina como “fardo económico estrutural”, o rácio entre pessoas dependentes e pessoas empregadas. Neste cenário, o aumento do peso dos idosos é compensado pela diminuição dos jovens e pela diminuição dos dependentes em idade ativa em 2025.

No caso português, Abreu e Peixoto (2009) procuraram avaliar as respostas políticas ao crescente envelhecimento, equacionando as vantagens e desvantagens de várias opções, incluindo as migrações de substituição. No plano económico, as opções consideradas passaram pela variação da taxa de atividade, taxa de desemprego, número médio de horas de trabalho por trabalhador e produtividade do trabalho. As conclusões deste estudo apontam, por um lado, para a inexistência de uma estratégia única de resolução do problema, dado o carácter estrutural do processo de envelhecimento, e, por outro, para a maior plausibilidade de respostas que combinem o aumento da taxa de atividade dos adultos jovens, medidas pró-natalistas e imigração de substituição.

Outra forma de articular a dimensão económica com a dimensão demográfica nas estimativas de migrações de substituição é apresentada pelo projeto

12 Esta abordagem pode ser considerada inovadora no âmbito dos estudos de migrações de substituição. Contudo, a associação entre migração e necessidades de força de trabalho foi equacionada, em Portugal, nos anos 80 do século xx. O estudo *Portugal: os próximos 20 anos* (Gaspar et al., 1989) antecede a noção de migrações de substituição, ao considerar os fluxos migratórios em função das necessidades laborais não asseguradas pela dinâmica demográfica prevista apenas com base no saldo natural.

DEMOSPIN (2013)¹³. Neste estudo, os autores estimam as migrações de substituição necessárias para assegurar a manutenção da força de trabalho, definida em função de diferentes cenários de desenvolvimento económico para Portugal entre os anos de 2015 e 2040 (estagnação, crescimento regionalmente homogéneo, crescimento regionalmente heterogéneo). As projeções quanto às necessidades laborais de cada cenário são baseadas em matrizes *input-output*. Para Portugal assegurar as necessidades laborais num cenário de desenvolvimento socioeconómico mais exigente em termos de emprego (crescimento regionalmente heterogéneo), os saldos migratórios teriam de ser positivos a partir de 2020, implicando +776 mil pessoas (número de entradas face às saídas), ao longo dos 25 anos (2015-2040). Estes valores são considerados razoáveis pelos autores, considerando a evolução dos saldos migratórios nas últimas décadas, mas são superiores aos observados na contingência da crise económica mais recente (DEMOSPIN, 2013; Castro *et al.*, 2015).

Esta abordagem permite rever, uma vez mais, as antevisões mais negativas relacionadas com as consequências económicas do envelhecimento populacional, mas também sublinha a necessidade de ajustar as políticas sociais às tendências demográficas em análise e assegurar uma distribuição de riqueza justa entre ativos e não ativos. O aumento da população idosa não ativa implicará necessariamente maiores transferências dos salários para as reformas, na opinião destes autores. Existem, contudo, diferentes alternativas que asseguram a distribuição mais ou menos igualitária entre a população ativa e a população não ativa¹⁴, sendo este assim “um problema distributivo e não produtivo” (Castro *et al.*, 2015, p. 57).

13 O projeto DEMOSPIN (“Demografia economicamente sustentável – Reverter o declínio em áreas periféricas”) foi um estudo desenvolvido com o objetivo de criar uma ferramenta de apoio à definição de políticas de desenvolvimento de regiões demograficamente deprimidas. Combinou técnicas de projeção demográfica com modelos de crescimento e desenvolvimento regional, para a definição e análise de cenários prospetivos sobre a evolução da população, até 2040, em regiões localizadas no interior de Portugal. O Grupo de Estudos em Território e Inovação da Universidade de Aveiro foi a entidade líder do projeto, que contou com mais quatro parceiros.

14 População não ativa ou população inativa é a população que não está nem empregada nem desempregada (por exemplo, estudantes e reformados).

1.3. Considerações finais

O conceito de migrações de substituição ganhou grande relevância, nas últimas décadas, no debate sobre as consequências do envelhecimento populacional. Ele proporciona uma forma de quantificar alguns impactos do envelhecimento, através da projeção de défices demográficos futuros e do cálculo dos fluxos migratórios necessários para os compensar.

As contribuições mais recentes sobre este tema integram variáveis demográficas e não demográficas, com base em diferentes estratégias metodológicas. Nestes estudos, cujas metas deixam de ser apenas a manutenção de indicadores demográficos, as estimativas apontam para valores mais razoáveis quanto ao volume dos fluxos migratórios, em função de cenários de desenvolvimento económico ou de introdução de novas políticas (como a variação da idade da reforma). As análises estendem-se para além da evolução demográfica, integrando outros indicadores socioeconómicos (como o crescimento económico e o emprego, por exemplo).

O conceito de migrações de substituição levou à elaboração de ferramentas analíticas que permitem uma abordagem multidimensional aos desafios associados ao envelhecimento populacional. Os resultados ilustram a grande interdependência dos domínios da demografia, economia e política nesta temática. O desenvolvimento deste conceito ilustra, assim, a complexidade das estratégias que podem proporcionar uma adaptação progressiva da sociedade, economia e sistemas de proteção social às estruturas demográficas contemporâneas e que se anteveem no futuro.

Capítulo 2

Demografia e migrações de substituição: resultados de um exercício prospetivo

Isabel Tiago de Oliveira, Daniela Craveiro, Cristina Sousa Gomes,
Maria João Guardado Moreira, Jorge Malheiros e João Peixoto

Neste capítulo apresentam-se as migrações de substituição definidas em função de critérios estritamente demográficos. Ou seja, estimam-se os saldos migratórios necessários entre 2015 e 2060 para assegurar que se mantenha constante o volume da população, o volume da população em idade ativa e o índice de sustentabilidade potencial.

2.1. Metodologia

Os exercícios de cálculo de migrações de substituição são realizados em duas etapas. Primeiro projeta-se a população de acordo com hipóteses relativas à evolução da fecundidade e da mortalidade. Trata-se de um primeiro passo, cujo objetivo é quantificar o volume e a estrutura da população, no final de um dado período, se não existissem migrações. Este cálculo inicial serve de base para o cálculo das migrações de substituição necessárias para manter constantes três parâmetros demográficos: a dimensão do volume total da população, a dimensão da população em idade ativa e, finalmente, o índice de sustentabilidade potencial (rácio entre a população em idade ativa e idosa).

Nesta etapa aplica-se o método de componentes por coortes. Este método parte da população num dado momento (considerada segundo o sexo e a idade) para estimar a sua evolução futura, com base na aplicação das taxas de fecundidade e das probabilidades de sobrevivência por idade, decorrentes das hipóteses formuladas sobre a evolução do índice sintético de fecundidade e da esperança média de vida.

É, pois, fundamental começar por definir a população de partida e as hipóteses relativas à fecundidade e à esperança média de vida para, a partir daí, proceder aos cálculos relativos às migrações de substituição. Neste estudo opta-se por considerar as hipóteses de evolução da fecundidade e esperança média de vida adotadas pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) nas projeções demográficas mais recentes (Quadro 2.1).

Quadro 2.1. Síntese de hipóteses relativas à evolução da fecundidade e esperança média de vida nas projeções do INE

	2015	2020	2030	2040	2050	2060
Índice sintético de fecundidade	1,23	1,27	1,34	1,41	1,48	1,55
Esperança média de vida						
Mulheres	83,7	84,6	86,1	87,5	88,8	89,9
Homens	77,7	78,5	80,2	81,7	83,0	84,2

Fonte: INE (2014).

De acordo com estas hipóteses, considerando a evolução demográfica apenas dependente da fecundidade e da mortalidade, isto é, um cenário sem migrações, projeta-se a perda de cerca de 2,5 milhões de pessoas até 2060 (Quadro 2.2). Entre 2015 e 2060, a população jovem seria a que proporcionalmente mais diminuiria. Em contrapartida, a população idosa aumentaria, quer em termos absolutos quer em termos relativos. Num cenário sem migrações, espera-se que o índice de sustentabilidade potencial (ISP), ou seja, o rácio de pessoas com idades compreendidas entre 15 a 64 anos e as pessoas com 65 anos ou mais, diminua de forma progressiva, passando de 3,2, em 2015, para 1,4 pessoas em idade ativa para cada pessoa com 65 anos ou mais, em 2060.

Quadro 2.2. Evolução da população residente (total e por grupo etário), no cenário sem migrações (2015 – 2060) (em milhares)

População	Volume (em milhares)						Grupos Etários (%)			
	2015	2030	2045	2060	Diferença	Taxa de variação	2015	2030	2045	2060
Total	10.374,8	9.770,9	8.950,9	7.826,6	-2.548,2	-24,6				
Jovem (0-14)	1.490,2	1.104,1	1.005,3	841,0	-649,3	-43,6	14,4	11,3	11,2	10,7
Idade Ativa (15-64)	6.779,4	5.978,5	4.780,3	4.061,1	-2.718,4	-40,1	65,3	61,2	53,4	51,9
Idosa (65+)	2.105,2	2.688,4	3.165,4	2.924,5	819,3	38,9	20,3	27,5	35,4	37,4
ISP	3,22	2,22	1,51	1,39	-1,83					

Nota: População Jovem: 0-14 anos. População Idade Ativa: 15-64 anos. População Idosa: 65+ anos. ISP: Índice de Sustentabilidade Potencial (População Idade Ativa/População Idosa). No caso do ano de 2015, os valores correspondem a 1 de janeiro de 2015. Para os restantes anos os valores correspondem à data de 31 de dezembro do respetivo ano. Fonte: Projeto MIGSUB.

Com base nesta primeira projeção da população residente em Portugal, é possível estimar o volume de migrações necessário para manter constantes aqueles três indicadores. Em termos matemáticos, esta estimativa para as migrações é uma solução, de entre várias possíveis, e depende de um conjunto de suposições iniciais relativas à estrutura etária da população migrante. No âmbito desta investigação, foram ensaiadas diversas hipóteses relativas à composição etária dos fluxos migratórios. Nesta breve apresentação, toma-se como referência a hipótese na qual a estrutura etária dos fluxos migratórios é similar à das entradas (imigrantes e regresso de emigrantes) em Portugal na última década, por ser a que apresenta maior consistência de dados. Os estudos sobre migrações apontam para um padrão etário relativamente estável dos fluxos migratórios (Rogers *et al.*, 2010; Castro *et al.*, 2015; Gomes e Moreira, 2014), similar à estrutura etária aqui considerada, em que os migrantes tendem a concentrar-se fundamentalmente nas idades ativas, em especial nos jovens ativos, e são menos numerosos nos restantes grupos etários. Para além disso, assumiu-se sempre que a importância relativa de homens e mulheres seria idêntica, e que a população migrante teria comportamentos demográficos (fecundidade e mortalidade) similares à restante população. Todas estas hipóteses podem e devem ser discutidas. Mas qualquer projeção é necessariamente

um exercício que se baseia em simplificações e procura perceber grandes tendências e não uma reprodução detalhada das condições específicas futuras.

Com base neste conjunto de hipóteses (fecundidade, mortalidade e estrutura etária do fluxo migratório) foram estimadas as migrações de substituição necessárias para assegurar a manutenção da população total, a manutenção da população em idade ativa e a manutenção do índice de sustentabilidade potencial¹⁵.

Nesta etapa volta-se a utilizar o método das componentes por coorte, recalculando anualmente os nascimentos e mortes em cada ano, tendo em conta a inclusão das migrações em cada um dos anos entre 2015 e 2060.

2.2. Estimativas de migrações de substituição

O Quadro 2.3 sistematiza os valores anuais médios e totais acumulados do saldo migratório necessário para manter constante cada um dos três critérios demográficos: isto é, as migrações de substituição no sentido clássico.

Quadro 2.3. Migrações de substituição necessárias para a manutenção de três parâmetros demográficos (2015-2060) (em milhares)

Migrações de substituição	Valor médio anual				Total acumulado
	2015-2030	2031-2045	2046-2060	2015-2060	2015-2060
Manter a população total	34,9	46,5	61,6	47,4	2 179,8
Manter a população em idade ativa	63,3	97,9	63,9	74,8	3 439,9
Manter o ISP	354,3	596	834,5	589,7	27 126,2

Nota: ISP: Índice de Sustentabilidade Potencial (População Idade Ativa/População Idosa).
Fonte: Projeto MIGSUB.

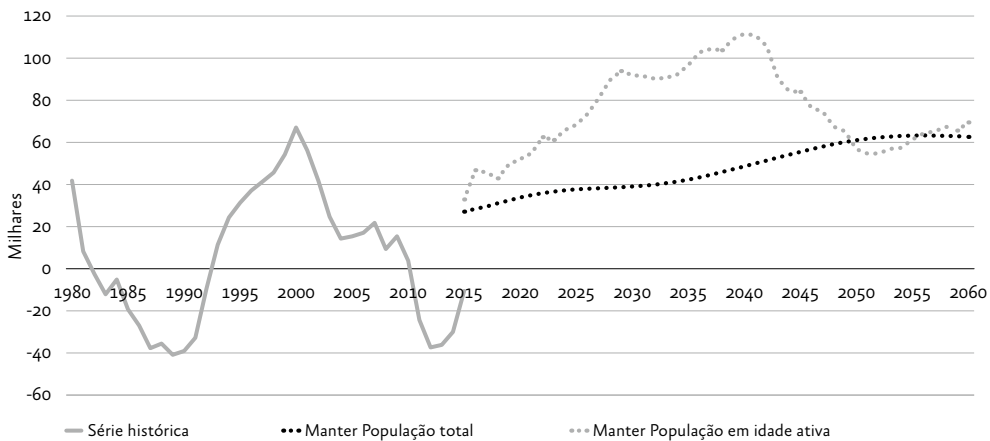
Observando o quadro é fácil constatar que os três objetivos demográficos têm como consequência necessidades migratórias diferentes. Para manter o volume da população total e impedir a projetada diminuição da população,

15 A versão completa deste estudo inclui ainda a estimativa das migrações de substituição para a manutenção da população em idade ativa por região, bem como a estimativa das migrações de substituição para a manutenção da população ativa, considerando que os limites etários da definição dos idosos varia em função da esperança média de vida (ver relatório final para detalhes).

num cenário sem migrações, seria necessário assegurar um saldo migratório na ordem das +47 mil pessoas ao ano, entre 2015 e 2060. Para assegurar a manutenção da população em idade ativa, seria necessário um saldo migratório superior, de cerca de +75 mil pessoas por ano. Para manter o índice de sustentabilidade potencial as necessidades de migrantes aumentam substancialmente. Neste caso, seria necessária a entrada de +590 mil pessoas ao ano, um valor extraordinário, de magnitude muito superior às anteriores estimativas.

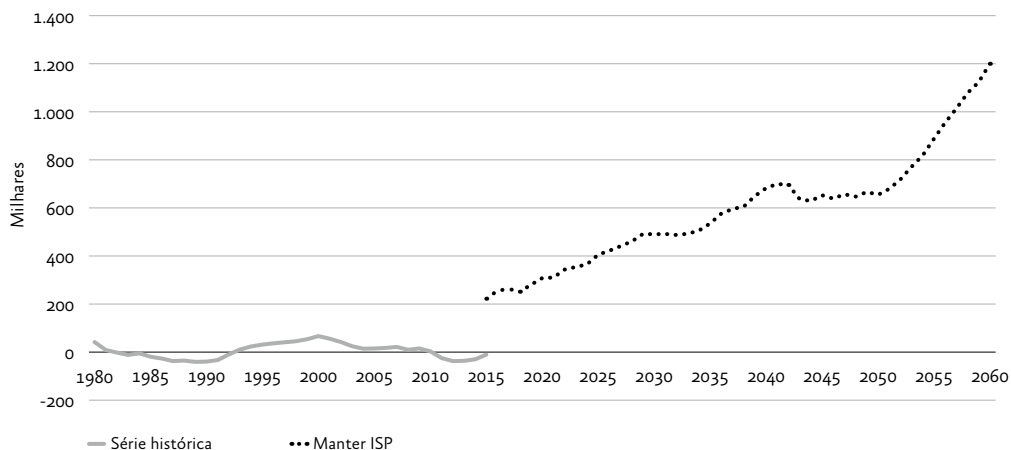
As figuras 2.1. e 2.2. apresentam os valores anuais das migrações de substituição necessárias, em continuidade com os saldos migratórios observados entre 1980 e 2015, de forma a permitir a análise dos resultados com uma perspectiva histórica.

Figura 2.1. Evolução dos saldos migratórios anuais (1980-2014) e projeção de migrações de substituição necessárias para a manutenção da dimensão da população total e da população em idade ativa (2015-60) (em milhares)



Fonte: Projeto MIGSUB e INE/PORDATA.

Figura 2.2. Evolução dos saldos migratórios anuais (1980-2014) e projeção de migrações de substituição necessárias para a manutenção do índice de sustentabilidade potencial (ISP) (2015-60) (em milhares)



Fonte: Projeto MIGSUB e INE/PORDATA.

Na série histórica podemos identificar três fases principais. Na primeira, iniciada em 1980, as saídas foram crescendo mais do que as entradas populacionais, diminuindo o saldo migratório até atingir valores negativos na ordem das 40 mil pessoas ao ano. Desde o início dos anos 90 até ao ano 2000, Portugal regista a tendência contrária: as saídas de pessoas vão sendo superadas pelas entradas, aumentando o saldo migratório até culminar, em 2000, em valores superiores a 65 mil pessoas ao ano. Depois de 2000 a tendência volta a inverter-se, ainda que numa trajetória menos regular. Desde 2010 que se registam saldos migratórios negativos em Portugal, o que corresponde ao recrudescimento da emigração na sequência da crise económica recente.

A Figura 2.1 compara as estimativas anuais das migrações de substituição para manter a população total e para manter a população em idade ativa. É fácil observar que as necessidades são superiores no segundo caso. Para assegurar a manutenção da população total as necessidades de migração são crescentes, em especial a partir de meados da década que se inicia em 2030. Em contrapartida, as migrações de substituição projetadas para a manutenção em idade ativa apresentam maiores oscilações. Esta maior volatilidade dos volumes anuais resulta de vários fatores. Por um lado, depende dos limites de entrada e saída

na população em idade ativa (15 e 65 anos), que são afetados pelas variações anuais dos nascimentos, pelas variações anuais das entradas dos migrantes e pelos nascimentos dos seus filhos. Estes efeitos indiretos, dependentes dos nascimentos da população migrante, parecem também estar associados ao abrandamento das migrações de substituição que se observa depois de 2030.

A Figura 2.2 apresenta as estimativas anuais do saldo migratório necessário para que o índice de sustentabilidade potencial permaneça constante. O gráfico torna evidente a extraordinária magnitude dos saldos anuais relativamente à evolução histórica dos saldos migratórios em Portugal. As necessidades mostram-se crescentes ao longo da série projetada, particularmente depois dos anos 40. Tal como na publicação da ONU (2000), este tipo de objetivo demográfico aponta sempre para valores totalmente irrealistas ao nível das migrações.

2.3. Estimativa da população com a inclusão de migrações de substituição

A adição das migrações de substituição na população residente em Portugal teria impactos no volume e na estrutura etária da população, que são sistematizados no quadro seguinte (Quadro 2.4).

Quadro. 2.4. População total e por grupo etário, segundo os três objetivos de migrações de substituição (2015-2060)

	N					%				
	2015	2030	2045	2060	Variação	2015	2030	2045	2060	
Manter a população total										
Total	10 374,8	10 374,8	10 374,8	10 374,8	0					
Jovem	1 490,2	1 208,6	1 239,8	1 243,8	-246,5	14,4	11,6	11,9	12	
Idade Ativa	6 779,4	6 420,6	5 792,7	5 771,3	-1 008,1	65,3	61,9	55,8	55,6	
Idosos	2 105,2	2 745,7	3 342,4	3 359,8	1 254,6	20,3	26,5	32,2	32,4	
Manter a população em idade ativa										
Total	10 374,8	10 858,5	11 764,9	11 911,5	1 536,7					
Jovem	1 490,2	1 291,6	1 478,3	1 460,7	-29,5	14,4	11,9	12,6	12,3	
Idade Ativa	6 779,4	6 779,4	6 779,4	6 779,4	0	65,3	62,4	57,6	56,9	
Idosa	2 105,2	2 787,5	3 507,1	3 671,4	1 566,2	20,3	25,7	29,8	30,8	

	N					%			
	2015	2030	2045	2060	Variação	2015	2030	2045	2060
Manter o ISP									
Total	10 374,8	15 867,0	25 434,6	39 309,5	28 934,7				
Jovem	1 490,2	2 155,9	3 771,6	5 879,2	4 388,9	14,4	13,6	14,8	15
Idade Ativa	6 779,4	10 462,3	16 530,1	25 509,2	18 729,8	65,3	65,9	65	64,9
Idosa	2 105,2	3 248,8	5 133,0	7 921,2	5 816,0	20,3	20,5	20,2	20,2

Nota: População Jovem: 0-14 anos. População Idade Ativa: 15-64 anos. População Idosa: 65+ anos. ISP: Índice de Sustentabilidade Potencial (População Idade Ativa/População Idosa). No caso do ano de 2015, os valores correspondem a 1 de janeiro de 2015. Para os restantes anos os valores correspondem à data de 31 de dezembro do respetivo ano.
Fonte: Projeto MIGSUB.

No caso das migrações que permitem manter o volume da população total, os grupos etários dos jovens e das pessoas em idade ativa perdem população. Trata-se de uma perda próxima dos 250 mil, no caso dos jovens, e aproximadamente 1 milhão, no caso das pessoas em idade ativa. Em contrapartida, o grupo dos idosos aumenta mais de 1,2 milhões de pessoas.

Com as migrações de substituição necessárias para manter o volume da população em idade ativa projeta-se um aumento populacional de cerca de 1,5 milhões de pessoas, entre 2015 e 2060. Apesar da manutenção da dimensão da população em idade ativa ser assegurada, o seu peso relativo na população total diminui de 65% para 57%, entre o ano base e o ano de 2060. Esta diminuição decorre fundamentalmente do aumento do peso da população idosa (mais 1,6 milhões), já que a população jovem tende a diminuir muito ligeiramente (aproximadamente menos 30 mil jovens).

A manutenção do índice de sustentabilidade potencial, por sua vez, resultaria em transformações mais drásticas. Neste cenário, entre 2015 e 2060, Portugal passaria de uma população de cerca de 10 milhões de pessoas para uma população de quase 40 milhões de pessoas. Todos os grupos etários aumentariam em termos absolutos e verificar-se-ia a manutenção, aproximada, da estrutura etária, tendo em conta os grupos considerados.

2.4. Considerações finais

Terminamos o capítulo dedicado às migrações de substituição definidas em termos exclusivamente demográficos. Foram estimadas as migrações de substituição necessárias para assegurar a manutenção da população total, da população em idade ativa e do índice de sustentabilidade potencial.

Três conclusões podem ser destacadas neste capítulo.

A primeira é que, a manter-se a dinâmica da fecundidade e da esperança média de vida, num cenário sem migrações, espera-se até 2060 uma diminuição muito considerável do volume da população, especialmente da população jovem (0-14 anos) e da população em idade ativa (15-64 anos).

Outra conclusão a destacar é que as migrações de substituição necessárias para a manutenção do volume da população total e do volume da população em idade ativa tomariam valores médios anuais de magnitude semelhante aos saldos migratórios registados no início dos anos 2000.

Por fim, importa destacar que, para manter o índice de sustentabilidade potencial e, desta forma, parar o processo de envelhecimento, os valores das migrações de substituição tomariam valores extraordinários e nunca antes registados em Portugal. Este resultado sublinha a dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de atenuar o envelhecimento populacional com recurso exclusivo à migração, pelo menos a médio prazo.

Capítulo 3

Migrações de substituição e economia portuguesa

Vítor Escária, Paula Albuquerque, Diogo de Abreu, Eduarda Marques da Costa,
Isabel Tiago de Oliveira, Jorge Malheiros, João Peixoto, José Alves e Daniela Graveiro

Neste capítulo estimam-se as migrações necessárias para assegurar os recursos humanos projetados como necessários em três cenários económicos, definidos com base na consulta de especialistas e na análise da evolução histórica de indicadores macroeconómicos.

3.1. Metodologia

Articulam-se duas metodologias distintas nesta fase da pesquisa. Uma primeira é aplicada para desenvolver projeções do comportamento da economia portuguesa e do volume esperado de emprego global e por nível de qualificação/escolaridade¹⁶. Uma segunda é dedicada à projeção dos recursos humanos em falta para satisfazer aquele volume de emprego, complementando a evolução da população residente num cenário sem migrações.

(a) Projeção do volume de emprego

A metodologia utilizada para proceder à projeção do volume de emprego passou, em termos genéricos, por três etapas: 1) estabelecer cenários sobre a evolução da economia no que respeita à evolução do Valor Acrescentado

16 Neste estudo categorizam-se níveis de qualificação e níveis de escolaridade de forma equivalente. Os empregos de baixas qualificações correspondem a ocupações que requerem competências associadas aos níveis de escolaridade até ao ensino básico, os empregos de qualificações médias estão ligados a competências associadas ao nível de escolaridade do ensino secundário e os empregos altamente qualificados remetem para uma escolaridade ao nível do ensino superior.

Bruto¹⁷ (VAB); 2) estabelecer cenários sobre a evolução da produtividade e, a partir daí, estimar as necessidades globais de emprego; 3) estimar as necessidades de emprego por nível de qualificação.

O primeiro exercício passou por criar um cenário sobre a evolução da economia no que respeita à evolução do VAB. Para a realização deste exercício optou-se pela utilização de um modelo de base *input-output*. A utilização desta metodologia de *input-output* valoriza a lógica de procura, que avalia o conjunto dos efeitos diretos, indiretos e induzidos associados a uma determinada procura exógena, ou seja, estabelecida de forma autónoma relativamente a outros fatores internos da economia.

Este exercício é efetuado com recurso a um modelo de base multissetorial de *input-output* construído a partir de uma matriz para a economia nacional. Tomou-se por base a última matriz de produção nacional elaborada pelo INE, para 2008. Em termos de setores, a matriz foi agregada para considerar nove setores de atividade¹⁸. O exercício passa então pela consideração de hipóteses para a evolução dirigida aos setores, procedendo-se à avaliação dos efeitos que essa procura adicional tem sobre o VAB e sobre os VAB setoriais. A partir do valor do VAB de cada setor são depois estimadas as necessidades de emprego, considerando as hipóteses de evolução de produtividade setorial.

Para a definição de diferentes cenários de evolução para a economia portuguesa foi desenvolvido um estudo pelo método Delphi, dirigido a um conjunto de 12 especialistas, para mapear as suas opiniões quanto às expectativas de evolução do produto, do emprego e do peso relativo dos níveis de qualificação profissional entre 2015 e 2060. Identificaram-se duas tendências de resposta entre os peritos, uma mais otimista e outra menos otimista, que permitiram definir dois cenários – Cenário Alto e Cenário Baixo. Complementarmente, optou-se por considerar um terceiro cenário em que se tomam as tendências

17 Lembramos que o Valor Acrescentado Bruto (VAB) representa o valor bruto da produção deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo. O Produto Interno Bruto (PIB), quando resulta da soma dos diversos VAB da economia a que acrescem os impostos sobre os produtos, também é apelidado de PIB na ótica da produção.

18 Agricultura; Indústria “tradicional”; Indústria intensiva em capital e conhecimento; Construção; Comércio e distribuição; Turismo (alojamento e restauração); Serviços de apoio à produção; Serviços sociais; Serviços pessoais.

históricas das taxas de crescimento do VAB e da produtividade (1977 – 2014) – Cenário Histórico¹⁹.

Assim, com base nas respostas dos peritos, para cada cenário económico define-se um conjunto de hipóteses para o comportamento da procura externa dirigida a cada ramo (que serve de *input* à produção dos cenários de evolução do VAB) e da produtividade setorial (que permitem, a partir do VAB, estimar as necessidades setoriais de mão-de-obra), de acordo com o quadro seguinte (Quadro 3.1).

Quadro 3.1. Taxas de crescimento anual da procura exógena e da produtividade por cenário económico

Setores	Procura exógena (VAB)			Produtividades setoriais		
	Cenário Alto	Cenário Baixo	Cenário Histórico	Cenário Alto	Cenário Baixo	Cenário Histórico
Agricultura	2,5	0,75	1,4	2,5	1,25	4,0
Indústria “tradicional”	1,5	0,25	2,3	2,5	1,25	3,0
Indústria intensiva em capital e conhecimento	3,5	1,25	2,2	2,0	1,00	3,3
Construção	1,5	0,25	-2,0	2,0	1,00	-1,7
Comércio e distribuição	1,5	0,25	2,6	2,0	1,00	1,5
Turismo (alojamento e restauração)	3,5	1,25	2,7	1,5	0,75	-0,7
Serviços de apoio à produção	3,5	1,25	3,6	2,0	1,00	0,0
Serviços sociais	3,5	1,25	2,3	2,0	1,00	0,5
Serviços pessoais	3,5	1,25	2,9	2,0	1,00	1,9
Total	2,5	0,75	2,2	2,0	1,00	1,9

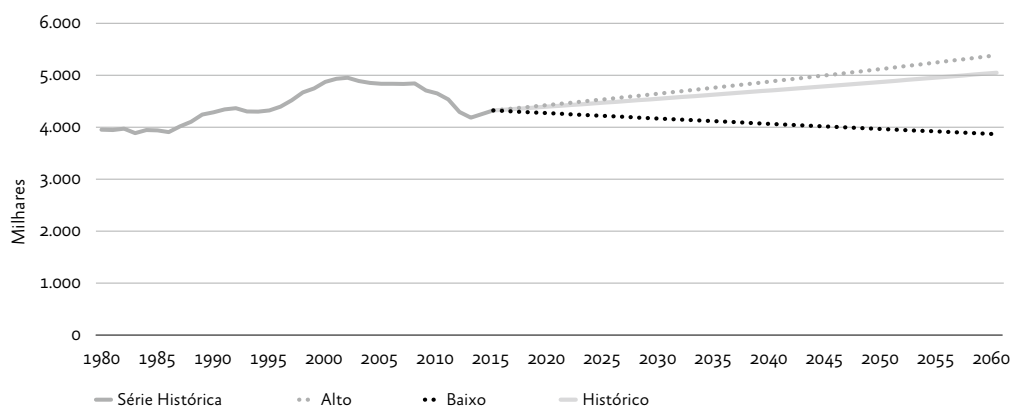
Fonte: Projeto MIGSUB.

A partir destas hipóteses foi projetado o comportamento do VAB e da produtividade entre 2015 e 2060 e, com base nessa informação, a evolução das necessidades de emprego nos três cenários. No âmbito do nosso estudo assume-se, por motivos de simplificação, que o volume de emprego estimado corresponde ao volume ou necessidade total de recursos humanos.

19 A mesma metodologia foi aplicada para o caso nacional e para os dados desagregados por região. Para mais detalhes consultar o relatório final.

Na figura seguinte apresenta-se a evolução do emprego em Portugal desde 1997, a par com a projeção do emprego para cada cenário económico (Figura 3.1).

Figura 3.1. Evolução histórica do emprego em Portugal (1997-2014) e projeção de emprego por cenário económico (2015-2060) (em milhares)



Fonte: Projeto MIGSUB e INE, Quadros de Pessoal.

Os valores projetados diferem bastante entre os vários cenários. As necessidades de recursos humanos vão evoluindo de forma gradual nos cenários Alto e Histórico, sendo decrescentes no cenário Baixo. De acordo com as estimativas, face ao valor de 2015 poderão ser necessários, em 2060, entre menos cerca de 455 mil trabalhadores, no Cenário Baixo, e mais 1 milhão de trabalhadores no Cenário Alto. De modo semelhante, espera-se uma necessidade de mais 725 mil trabalhadores no Cenário Histórico, entre os anos de 2015 e 2060. Neste intervalo os setores do Turismo, Serviços de apoio à produção, Serviços sociais e Serviços pessoais apresentam pesos setoriais crescentes.

Para projetar o volume ou necessidades de recursos humanos por nível de qualificação/escolaridade, admite-se que o peso relativo do emprego de baixas qualificações (ocupações que requerem competências adquiridas no ensino básico), de qualificações médias (ocupações que requerem competências adquiridas no ensino secundário) e de altas qualificações (ocupações que requerem competências adquiridas no ensino superior) evoluirá ao mesmo ritmo que nos últimos 30 anos. Assume-se que o peso do emprego não qualificado deverá diminuir em 30 pontos percentuais, que o emprego de qualificações

médias deverá ser reforçado em cerca de 5 pontos percentuais, e que o emprego altamente qualificado aumente cerca de 25 pontos percentuais, tal como registado entre 1982 e 2014 (INE, Quadros de Pessoal).

O quadro seguinte sistematiza a evolução projetada do emprego entre 2015 e 2060, por nível de qualificação, em função das premissas especificadas em cada cenário (Quadro 3.2).

Quadro 3.2. Valores e variação do emprego por níveis de qualificação (2015-2060) (em milhares)

Níveis de qualificação	2015	Cenário Alto		Cenário Baixo		Cenário Histórico	
		2060	Varição 2015-2060	2060	Varição 2015-2060	2060	Varição 2015-2060
Baixas qualificações	2.377,3	1.384,1	-993,2	993,5	-1.383,8	1.297,3	-1.080,0
Qualificações médias	1.123,2	1.662,7	539,5	1.193,4	70,3	1.558,4	435,2
Altas qualificações	815,3	2.331,2	1.515,9	1.673,3	858	2.185,0	1.369,7
Total	4.315,7	5.377,9	1.062,1	3.860,2	-455,4	5.040,7	725,0

Nota. Empregos de baixas qualificações correspondem a ocupações que requerem competências associadas aos níveis de escolaridade até ao ensino básico, os empregos de qualificações médias a competências associadas ao nível de escolaridade até ao ensino secundário e os empregos altamente qualificados remetem para níveis de escolaridade ao nível do ensino superior.
Fonte: Projeto MIGSUB.

(b) Projeção das necessidades de recursos humanos num cenário sem migrações

Para avaliar as necessidades de recursos humanos não satisfeitas pela evolução da população num cenário sem migrações, analisam-se os diferenciais entre a “procura económica” de emprego em cada um dos cenários económicos (assunto tratado na secção anterior) e a “oferta demográfica” de recursos humanos associada às hipóteses do cenário sem migrações.

Para este fim, projeta-se a evolução da população empregada e da população empregada por nível de escolaridade esperada em Portugal no cenário sem migrações²⁰. Estas estimativas são realizadas através de projeções derivadas (calculadas a partir da aplicação de taxas de emprego e de escolarização à população em idade ativa).

²⁰ O relatório final do projeto inclui, para além deste estudo, a comparação dos diferenciais entre população em idade ativa (15-64 anos) e as necessidades de emprego por cenário económico, bem como os estudos dos diferenciais entre a oferta demográfica e as necessidades de emprego regionais.

Para projetar a evolução da população empregada entre 2015 e 2060, admite-se o aumento da taxa de emprego²¹ da população em idade ativa (15 – 64 anos), passando dos valores observados em 2015, 63,9% (segundo o INE), para 69,6% em 2060, de acordo com as projeções da Comissão Europeia no *Ageing Report* (CE, 2014, 2015).

A evolução da população empregada por nível de escolaridade é calculada tendo como referência as projeções de Lutz e colaboradores (2014) sobre a escolaridade da população. Neste caso, admite-se a convergência dos valores observados nos censos de 2011 com os valores projetados por Lutz e colaboradores, para 2060, no seu cenário central. Foram considerados três níveis de escolaridade²² – Ensino básico, Ensino secundário, Ensino superior.

Com base nestas hipóteses, sistematizadas no Quadro 3.3, projeta-se a evolução da população empregada e população empregada por nível de escolaridade no cenário sem migrações, ou seja, projeta-se a oferta demográfica de ativos e empregados num cenário sem migrações.

Quadro 3.3. Síntese das projeções da população empregada (total e por nível de escolaridade) no cenário sem migrações (em milhares)

População	2015	2030	2060	Varição 2015-2060(%)
Empregada	4.315,7	3.933,8	2.826,5	-34,5
Empregada por escolaridade				
Ensino básico	2.491,4	1.823,2	666,5	-73,2
Ensino secundário	964,2	1.154,7	1.226,1	27,2
Ensino superior	860,1	955,9	933,9	8,6

Notas. Nível de escolaridade (nível ISCED): Ensino básico (ISCED 0-2), Ensino secundário (ISCED 3), Ensino superior (ISCED 4+).
Fonte: Projeto MIGSUB.

Para estudar as necessidades de recursos humanos não satisfeitas pela oferta demográfica, esta é comparada com a procura associada a cada cenário de evolução económica. Neste sentido, são realizados dois exercícios.

- 21 A taxa de emprego da população em idade ativa é o rácio entre a população empregada e o total da população em idade ativa.
- 22 De acordo com a Classificação Internacional Normalizada da Educação (no original ISCED, *International Standard Classification of Education*), o Ensino básico corresponde ao nível de ISCED 2, o Ensino secundário ao nível de ISCED 3, e o Ensino pós-secundário e superior aos níveis de ISCED iguais ou superiores a 4.

O primeiro exercício (secção 3.2) foca-se na aferição das necessidades adicionais de recursos humanos, estimadas enquanto a diferença entre os recursos humanos necessários em cada um dos cenários económicos e a evolução esperada da população empregada no cenário sem migrações. Este exercício aborda as necessidades de recursos humanos por níveis de escolaridade/qualificação.

No segundo exercício (secção 3.3) são apresentados os volumes de migrações de substituição conducentes à satisfação das necessidades de recursos humanos geradas pela economia.

Neste último caso, foi estimada a evolução da dimensão da população em idade ativa necessária para a economia, admitindo as taxas de emprego anteriormente referidas. É com base nesta dimensão da população em idade ativa que é determinado o saldo migratório anual correspondente às migrações de substituição definidas a partir dos três cenários de evolução económica. Neste segundo exercício, para além da população que irá ocupar os postos de trabalho, existem entradas de populações de outras faixas etárias. Por outro lado, considera-se que a população migrante em idade ativa é exposta às situações de desemprego e inatividade. Finalmente, a população migrante contribui para os nascimentos e sofre os efeitos do envelhecimento e da mortalidade.

3.2. Necessidades de recursos humanos por cenário económico

O quadro seguinte sistematiza a evolução da procura de recursos humanos por cenário de evolução económica, a evolução da oferta demográfica de população empregada (sem migrações) e o cálculo da diferença entre a procura económica e a oferta demográfica, por cenário económico (Quadro 3.4).

Quadro 3.4. Diferenças entre procura económica e oferta demográfica de população empregada por cenário económico, 2015-2060 (em milhares)

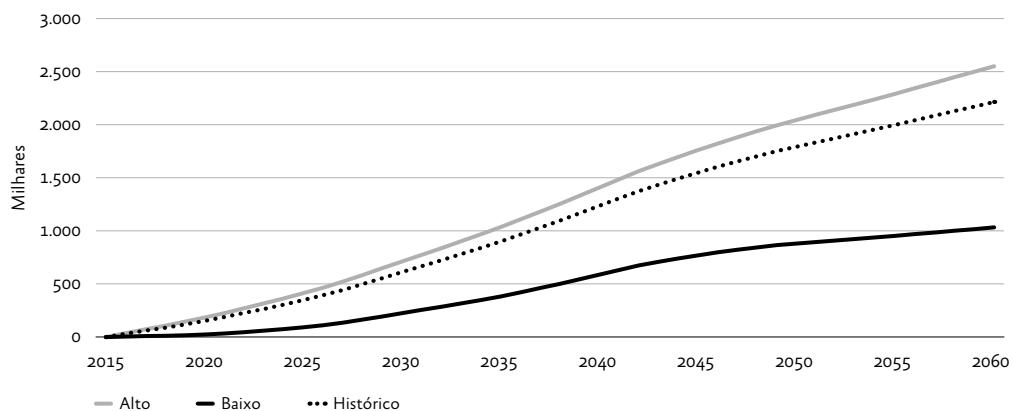
	2015	2020	2030	2040	2050	2060
Oferta demográfica						
População empregada	4.315,7	4.238,7	3.933,8	3.468,5	3.075,4	2.826,5
Procura económica						
Cenário Alto	4.315,7	4.422,5	4.644,1	4.876,9	5.121,3	5.377,9
Cenário Baixo	4.315,7	4.262,5	4.158,2	4.056,4	3.957,1	3.860,2
Cenário Histórico	4.315,7	4.390,8	4.545,0	4.704,5	4.869,7	5.040,7

	2015	2020	2030	2040	2050	2060
Procura de população empregada – Oferta de população empregada						
Cenário Alto	0,0	183,8	710,3	1.408,4	2.045,9	2.551,4
Cenário Baixo	0,0	23,9	224,4	587,9	881,7	1.033,7
Cenário Histórico	0,0	152,1	611,2	1.236,0	1.794,3	2.214,2

Fonte: Projeto MIGSUB.

Para facilitar a análise apresenta-se graficamente a projeção das diferenças entre a procura económica de emprego e a oferta demográfica da população empregada, com idades compreendidas entre 15 e 64 anos. Neste gráfico, os valores positivos indicam a dimensão das necessidades não satisfeitas da economia de acordo com a evolução esperada, no cenário sem migrações, em Portugal até 2060 (Figura 3.2).

Figura 3.2. Diferença entre a procura de população empregada (necessidades da economia) e a oferta de população empregada (demografia sem migrações), por cenário económico, 2015-60 (em milhares)

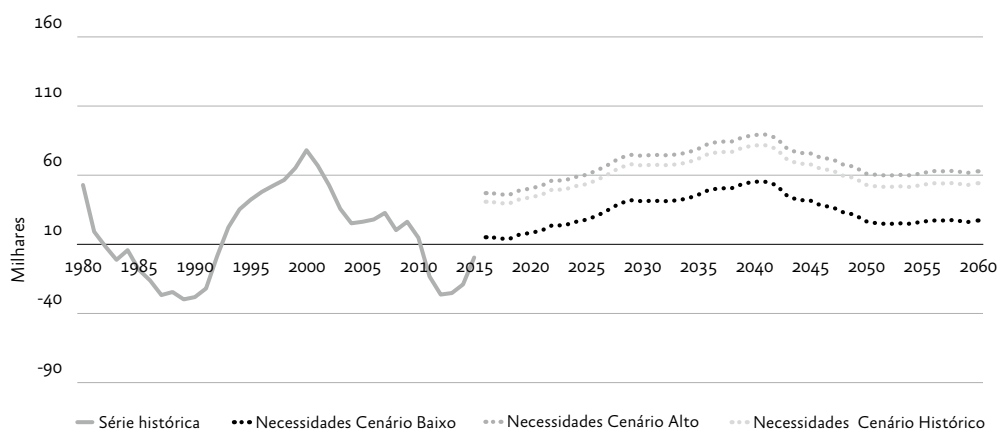


Em primeiro lugar, estima-se uma necessidade adicional de recursos humanos logo desde o início do período em análise, em todos os cenários de evolução económica. Uma vez que essa necessidade se mantém ao longo do tempo, em 2060, de acordo com as projeções apresentadas, seriam necessários saldos migratórios positivos acumulados na ordem dos +1.034 mil, +2.214 mil

ou +2.551 mil empregados para dar conta das necessidades ao longo dos 45 anos da série temporal nos cenários Baixo, Histórico e Alto.

Em segundo lugar, para além dos valores acumulados destas necessidades não satisfeitas da economia, é possível perceber a evolução dos fluxos migratórios anuais a que a satisfação destas necessidades poderia corresponder. Nesta estimativa, assume-se que, em cada ano, as necessidades de recursos humanos que superam os valores projetados no cenário sem migrações podem ser compensadas por saldos migratórios positivos (recorde-se que, neste caso, todos os migrantes vão estar empregados). A Figura 3.3 apresenta os saldos migratórios anuais que respondem às necessidades da economia, admitindo que em todos os anos se conseguia o ajustamento perfeito em consideração.

Figura 3.3. Evolução anual dos saldos migratórios (1980-2014) e projeção das migrações de empregados, por cenário económico, 2015-2060 (em milhares)



Fonte: Projeto MIGSUB e INE/PORDATA.

As estimativas são apresentadas em continuidade com a evolução histórica dos saldos migratórios anuais totais (neste caso, englobando população empregada e não empregada) estimados pelo INE, já analisados no capítulo anterior.²³ Tomando em atenção o início das estimativas projetadas (a partir de

23 As estimativas apresentadas para 2015-60 referem-se às necessidades anuais de emprego que não foram satisfeitas pela dinâmica demográfica sem migrações, enquanto a série histórica (1980-2014) se refere aos saldos migratórios totais, considerando a população empregada e não empregada, publicados pelo INE.

2015), é possível observar uma crescente necessidade de recursos humanos até aos anos 40, período em que se registam necessidades de adições à população empregada na ordem dos +78 mil (Cenário Alto), +70 mil (Cenário Histórico) ou +44 mil empregados (Cenário Baixo), para colmatar as necessidades da economia. A partir daí as necessidades diminuem, estabilizando em valores na ordem dos 49 mil (Cenário Alto), 41 mil (Cenário Histórico) ou 14 mil empregados (Cenário Baixo) na última década da série prospetiva.

Com a análise desta figura constata-se que os recursos humanos necessários para complementar a oferta demográfica correspondem, de modo muito genérico, a volumes de crescimento migratório da mesma ordem dos valores observados no início do século XXI em Portugal. Ainda assim é importante sublinhar que estes números não podem ser tomados como estimativas dos saldos migratórios necessários para assegurar as necessidades por cenário económico. Este é um exercício realizado com base em muitas simplificações. Não se considera, por exemplo, que a população migrante, ainda que concentrada em idades ativas, vem habitualmente acompanhada com população inativa (descendentes e outros familiares) e que também está exposta a situações de desemprego (a secção 3.3 deste capítulo dará conta de algumas destas considerações).

O estudo dos diferenciais entre a procura económica e a oferta demográfica projetadas ao nível nacional é ainda complementado com a análise desagregada das necessidades de recursos humanos por nível de escolaridade (Quadro 3.5).

Quadro 3.5. Diferenças entre a procura económica e a oferta demográfica de população empregada, por nível de qualificação/escolaridade e cenário económico, 2015-2060 (em milhares)

Nível de qualificação/ escolaridade	Cenário económico	2015	2020	2030	2040	2050	2060
Baixas qualificações	Alto	-114,1	5,7	280,7	546,9	693,4	717,5
	Baixo	-114,1	-77,2	60,5	228,7	317,9	326,9
	Histórico	-114,1	-10,7	235,7	480,1	612,3	630,7
Qualificações médias	Alto	159,0	128,9	129,6	221,4	337,4	436,6
	Baixo	159,0	86,4	-4,8	-14,4	-9,9	-32,6
	Histórico	159,0	120,5	102,2	171,9	262,3	332,3

Nível de qualificação/ escolaridade	Cenário económico	2015	2020	2030	2040	2050	2060
Altas qualificações	Alto	-44,8	49,2	300,0	640,0	1.015,1	1.397,3
	Baixo	-44,8	14,6	168,6	373,6	573,7	739,4
	Histórico	-44,8	42,3	273,2	584,1	919,7	1.251,1

Nota: Empregos de baixas qualificações correspondem a ocupações que requerem competências associadas aos níveis de escolaridade até ao ensino básico, os empregos de qualificações médias a competências associadas ao nível de escolaridade até ao ensino secundário e os empregos altamente qualificados remetem para níveis de escolaridade ao nível do ensino superior.
Fonte: Projeto MIGSUB.

No que diz respeito aos empregos de baixas qualificações ou relativos ao nível de escolaridade básico, a população residente empregada projetada num cenário sem migrações começa a ser insuficiente para dar conta das necessidades da economia em 2020 no Cenário Alto, 2021 no Cenário Histórico e 2027 no Cenário Baixo. No final da série temporal seriam necessários, aproximadamente, cerca de +718 mil, +631 mil ou +327 mil empregados do que os esperados no cenário sem migrações para dar conta das necessidades da economia nos Cenários Alto, Histórico, e Baixo, respetivamente.

Os diferenciais entre procura e oferta de recursos humanos com qualificações médias (ensino secundário) evoluem de forma diferente. Logo desde os primeiros anos da série prospetiva a população projetada num cenário sem migrações não é suficiente para a procura da economia. Estas necessidades tendem a aumentar nos cenários Alto e Histórico, atingindo os cerca de +437 mil e +332 mil empregos em 2060, respetivamente. No Cenário Histórico, em contrapartida, a evolução da escolaridade na população empregada esperada em Portugal parece assegurar resposta às necessidades de trabalhadores de qualificações médias, sensivelmente a partir dos anos 30.

De acordo com as estimativas, a evolução esperada dos empregados altamente qualificados em Portugal (ensino superior) torna-se insuficiente para responder às necessidades num prazo inferior a cinco anos, a partir de 2015, em todos os cenários. Assumindo a ausência de migrações, as diferenças evoluem de forma progressiva, atingindo em 2060 uma necessidade acumulada de cerca de +739 mil empregos no Cenário Baixo, +1.251 mil empregos no Cenário Histórico e +1.397 mil empregos no Cenário Alto, a adicionar aos recursos humanos altamente qualificados esperados no cenário sem migrações.

3.3. Estimativas das migrações de substituição para assegurar os recursos humanos necessários por cenário económico

Nesta etapa estimam-se as migrações necessárias para assegurar os recursos humanos considerados necessários em cada um dos cenários económicos. Este é um exercício mais complexo. Embora as migrações sejam muito concentradas nas idades ativas, existe uma componente não desprezível de migrantes jovens, idosos e não empregados, pelo que o volume de migrações necessário para conseguir responder às necessidades de recursos humanos, em cada ano, terá de ser necessariamente superior aos valores apontados no exercício anterior, no qual apenas se considerava a população que vinha ocupar empregos. Considera-se também que a entrada de população, num determinado ano, tem implicações nos anos seguintes na dinâmica demográfica da população, contribuindo para a fecundidade e sofrendo os efeitos do envelhecimento e da mortalidade.

Em suma, nesta abordagem as migrações anuais decorrem das necessidades da economia, mas o saldo migratório não é constituído apenas por população empregada. Estas estimativas são apresentadas na forma de saldos migratórios anuais no quadro seguinte (Quadro 3.6).

Quadro 3.6. Saldo migratório necessário para assegurar o volume da população em idade ativa decorrente dos cenários económicos (2015-2060) (em milhares)

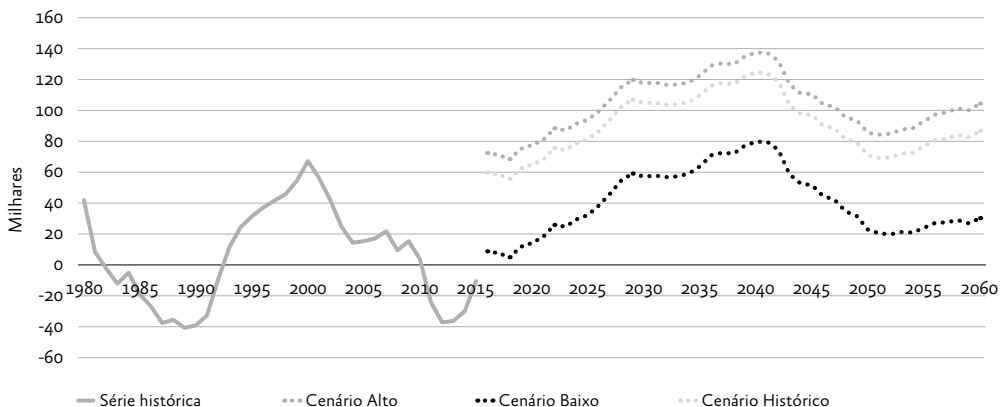
	Saldo migratório anual médio				Total acumulado
	2015-2030	2031-2045	2046-2060	2015-2060	2015-2060
Cenário Alto	91,0	124,1	94,7	103,3	4.646,5
Cenário Baixo	28,9	65,6	28,2	40,9	1.839,8
Cenário Histórico	78,3	111,0	79,0	89,4	4.025,2

Fonte: Projeto MGSUB.

Estima-se que, no total, seria necessário assegurar um saldo migratório anual positivo em 2060 na ordem das +41 mil pessoas ao ano no Cenário Baixo, +89 mil pessoas no Cenário Histórico e +103 mil pessoas no Cenário Alto, para assegurar a dimensão da população empregada associada a cada cenário de evolução económica.

As projeções anuais são apresentadas em continuidade com a evolução histórica dos saldos migratórios observados em Portugal, na figura seguinte (Figura 3.4).

Figura 3.4. Evolução anual dos saldos migratórios (1980-2014) e projeção das migrações de substituição em função dos cenários económicos, 2015-2060 (em milhares) (2015-2060)



Fonte: Projeto MIGSUB e INE/PORDATA.

Observando as estimativas das migrações de substituição para cada cenário económico, é possível constatar que as necessidades de entradas em relação às saídas são superiores nos cenários Alto e Histórico em relação ao Cenário Baixo. Observa-se ainda, em todos os cenários, um primeiro período de subida rápida, até aproximadamente 2030, seguido de um período de abrandamento na primeira metade dos anos 30. Depois dos anos 40, nos três cenários económicos assiste-se à queda das necessidades de migrações de substituição. Esta tendência remete para os efeitos indiretos associados às entradas de imigrantes e ao acesso dos filhos de imigrantes à idade ativa.

Os dados apresentados permitem, ainda, concluir pelo muito maior valor que estas migrações de substituição atingem quando comparadas com os fluxos migratórios do passado. A consideração de migrantes em todas as idades e condições perante a atividade económica alarga bastante a dimensão do saldo em relação ao que foi visto na secção anterior.

O Quadro 3.7 permite avaliar o impacto das entradas populacionais desta ordem de grandeza no volume e estrutura etária da população residente em Portugal.

Quadro 3.7. Evolução da população (total e por grupo etário) com migrações de substituição definidas em função dos cenários económicos, 2015-60 (em milhares)

	Volume (milhares)					Grupos etários (%)			
	2015	2030	2045	2060	Varição 2015-2060	2015	2030	2045	2060
Cenário Alto									
População Total	10.374,8	11.237,4	12.613,9	13.327,1	2.952,2				
População Jovem	1.490,2	1.357,0	1.619,1	1.679,1	188,8	14,4	12,1	12,8	12,6
População Idade Ativa	6.779,4	7.058,0	7.382,0	7.726,9	947,5	65,3	62,8	58,5	58,0
População Idosa	2.105,2	2.822,4	3.612,8	3.921,1	1.815,9	20,3	25,1	28,6	29,4
Cenário Baixo									
População Total	10.374,8	10.227,8	10.544,4	10.030,1	-344,7				
População Jovem	1.490,2	1.182,2	1.282,5	1.178,1	-312,1	14,4	11,6	12,2	11,7
População Idade Ativa	6.779,4	6.319,4	5.918,0	5.546,3	-1.233,1	65,3	61,8	56,1	55,3
População Idosa	2.105,2	2.726,1	3.343,9	3.305,7	1.200,5	20,3	26,7	31,7	33,0
Cenário Histórico									
População Total	10.374,8	11.031,5	12.173,5	12.598,7	2.223,9				
População Jovem	1.490,2	1.321,4	1.547,1	1.567,1	76,8	14,4	12,0	12,7	12,4
População Idade Ativa	6.779,4	6.907,2	7.070,0	7.242,4	463,0	65,3	62,6	58,1	57,5
População Idosa	2.105,2	2.802,8	3.556,4	3.789,2	1.684,1	20,3	25,4	29,2	30,1

Nota. População Jovem: 0-14 anos. População Idade Ativa: 15-64 anos. População Idosa: 65+ anos. No caso do ano de 2015, os valores correspondem a 1 de janeiro de 2015. Para os restantes anos os valores correspondem à data de 31 de dezembro do respetivo ano.

Fonte: Projeto MIGSUB.

Constata-se que a inclusão das migrações de substituição na população residente projetada resultaria num aumento populacional nos cenários Alto e Histórico, de cerca de 2.952 e 2.224 mil pessoas, respetivamente, entre 2015 e 2060. Em contrapartida, no cenário Baixo, mesmo equacionando entradas na ordem das +40 mil entradas face às saídas de migrantes por ano, a população diminuiria em cerca de 345 mil pessoas até 2060.

Os três cenários resultam também em estruturas etárias relativamente diferentes. Ainda assim é importante destacar que em nenhum dos cenários projetados é invertida a progressão do envelhecimento populacional. Espera-se que a percentagem de pessoas com 65 anos ou mais em Portugal cresça de forma acelerada, mesmo nos cenários em que se equaciona a entrada de grandes volumes populacionais.

3.4. Considerações finais

Neste capítulo apresenta-se a conjugação das estimativas demográficas e económicas. As necessidades de recursos humanos, entendidas como a dimensão esperada da população empregada, admitidas em três cenários económicos distintos são relacionadas com a evolução da população em idade ativa empregada projetada num cenário populacional sem migrações.

De acordo com as estimativas apresentadas, a evolução esperada da população residente no cenário sem migrações não consegue assegurar os recursos humanos necessários para a economia, mesmo admitindo o aumento da taxa de emprego da população em idade ativa para os 70%. O diferencial é particularmente elevado para os cenários em que se equaciona um cenário de crescimento económico alto ou seguindo as tendências históricas.

A análise por nível de qualificação/escolaridade torna evidente a necessidade imediata e tendencialmente crescente de trabalhadores altamente qualificados (ensino superior), a necessidade de população de baixas qualificações já a partir da próxima década e, em menor grau, a necessidade de população com qualificações intermédias ao longo de todo o período.

A estimativa das migrações de substituição necessárias para assegurar os recursos humanos de acordo com os cenários económicos aponta apenas para saldos razoáveis, face à experiência portuguesa, no caso do cenário Baixo (saldo migratório anual de +41 mil pessoas). Em contrapartida, os valores são excessivamente exigentes no caso dos cenários Histórico e Alto, que implicariam saldos migratórios anuais na ordem das +90 e +103 mil pessoas.

Por fim, é importante destacar que em nenhum dos cenários projetados é invertida a progressão do envelhecimento populacional. Espera-se que a percentagem de pessoas com 65 anos ou mais em Portugal continue a aumentar, mesmo nos cenários em que se equaciona a entrada de grandes volumes

populacionais. Os resultados parecem enunciar uma vez mais que, apesar de o incremento do saldo migratório poder ter implicações positivas para a realidade prospetiva portuguesa, os desafios associados ao envelhecimento populacional não poderão ser solucionados apenas com estratégias migratórias, pelo menos a médio prazo.

Capítulo 4

Segurança Social e migrações de substituição: o caso do sistema de pensões de velhice

Maria Teresa Medeiros Garcia, José Alves e Daniela Craveiro

Neste capítulo avalia-se a relação entre a demografia e o equilíbrio financeiro do sistema previdencial da Segurança Social²⁴, com foco no subsistema de pensões de velhice. Para este fim, retomam-se os cenários económicos do capítulo anterior, fazendo-os variar em função da disponibilidade ou não dos recursos humanos necessários para o funcionamento da economia, isto é, da presença ou ausência de migrações de substituição. São assim comparados os efeitos que decorrem de uma população envelhecida, mas onde a economia dispõe de força de trabalho suficiente (através de migrações de substituição), com aqueles que resultariam de uma economia limitada pela escassez de recursos humanos (sem migrações de substituição). O exercício é restringido ao subsistema de pensões de velhice, uma vez que este representa a maior parcela de receitas e contribuições do sistema previdencial da Segurança Social.

24 O sistema de Segurança Social é composto por três componentes: (i) sistema de proteção social de cidadania; (ii) sistema previdencial; (iii) sistema complementar. O (i) sistema de proteção social de cidadania garante os direitos de proteção básicos dos cidadãos através de serviços e equipamentos sociais, programas de combate à pobreza e exclusão social, prestações sociais para compensar carência económica, encargos familiares ou encargos relacionados com a deficiência e a dependência. O (ii) sistema previdencial, por sua vez, existe para assegurar prestações monetárias substitutivas dos rendimentos de trabalho nos casos de doença, paternidade, desemprego, acidentes de trabalho e doenças profissionais, invalidez, velhice e morte. É um regime obrigatório para todos os trabalhadores, abrangendo o regime geral da Segurança Social, que é aplicável à generalidade dos trabalhadores. Por fim, (iii) o sistema complementar assegura rendimentos substitutivos ao rendimento na velhice com base em contribuições de iniciativa voluntária (coletiva ou individual), compreendendo um regime público de capitalização e regimes complementares de iniciativa coletiva e de iniciativa individual.

4.1. Metodologia

Para estudar os efeitos da demografia no equilíbrio financeiro do sistema contributivo de pensões de velhice da Segurança Social, é projetada a evolução das despesas e das receitas relacionadas com as pensões de velhice em diferentes cenários económicos, considerando a presença ou a ausência de migrações de substituição.

Neste sentido, para além dos três cenários analisados no Capítulo 3 (cenários Alto, Baixo e Histórico), admitindo migrações de substituição em função das necessidades da economia, são considerados três cenários análogos, em que se assumem os mesmos pressupostos de cada um dos anteriores, admitindo, contudo, que o crescimento económico (avaliado pelo VAB) é constrangido pela ausência de migrações (cenários Alto sem migrações, Baixo sem migrações, Histórico sem migrações). Nos cenários Alto, Baixo e Histórico, apresentados no capítulo anterior, determina-se o volume de emprego com base nas hipóteses de VAB e produtividade, admitindo a presença dos recursos humanos necessários para cada cenário económico. Em contrapartida, nos cenários alternativos, em que se admitem restrições de recursos humanos, parte-se das hipóteses de emprego restringidas pela oferta demográfica num cenário sem migrações e das hipóteses de evolução da produtividade para estimar os valores do VAB.

O quadro seguinte sistematiza a evolução do VAB e do emprego por cenário económico com e sem restrições de recursos humanos, isto é, sem e com migrações de substituição (Quadro 4.1).

Quadro 4.1. VAB (em milhões de euros) e emprego (em milhares) por cenário económico, com e sem migrações de substituição (2015-2060)

Cenários		2015	2020	2030	2040	2050	2060	
VAB	Com migrações	Alto	156.021	176.523	225.965	289.254	370.269	473.976
		Baixo	156.021	161.960	174.525	188.065	202.656	218.379
		Histórico	156.021	174.043	216.574	269.498	335.355	417.306
	Sem migrações	Alto sem migrações	156.020	169.186	191.404	205.722	222.353	249.111
		Baixo sem migrações	156.020	161.054	165.108	160.809	157.501	159.899
		Histórico sem migrações	156.020	168.014	187.452	198.692	211.789	234.000

Cenários		2015	2020	2030	2040	2050	2060
Emprego com migrações	Alto	4.316	4.423	4.644	4.877	5.121	5.378
	Baixo	4.316	4.263	4.158	4.056	3.957	3.860
	Histórico	4.316	4.391	4.545	4.705	4.870	5.041
Emprego sem migrações	Alto sem migrações/ Baixo sem migrações/ Histórico sem migrações	4.316	4.239	3.934	3.469	3.075	2.827

Nota: os valores do VAB são expressos em milhões de euros, a preços constantes de 2015, enquanto as necessidades de emprego são expressas em milhares de indivíduos.
Fonte: Projeto MIGSUB.

Note-se que cada cenário é composto por premissas económicas, apresentadas no quadro anterior, mas também por premissas demográficas. Assume-se nos cenários Alto, Baixo e Histórico que não existem restrições de recursos humanos na progressão da economia. Assim sendo, considera-se que o volume e a estrutura etária da população correspondem à resultante da inclusão das migrações de substituição necessárias para satisfazer as necessidades da economia (Capítulo 3). Para os cenários Alto sem migrações, Baixo sem migrações e Histórico sem migrações, em contrapartida, assume-se que as trajetórias de crescimento económico são condicionadas pela oferta da evolução demográfica sem migrações. Nesse sentido, o volume e estrutura etária da população corresponde à projetada no cenário sem migrações (Capítulo 2).

A avaliação das implicações das restrições populacionais no equilíbrio financeiro do sistema de pensões tem na base a comparação da projeção dos saldos relativos a receitas e despesas relacionadas com as pensões de velhice do sistema previdencial, por cenário económico. Estas projeções só são possíveis de fazer assumindo um conjunto alargado de pressupostos, tanto na componente da receita como na componente da despesa. Estas premissas apresentam-se nas subsecções seguintes²⁵.

(a) Projeção da receita relacionada com pensões de velhice

Do lado da receita procurou-se reter a percentagem prevista dos rendimentos de trabalho para o sistema previdencial da Segurança Social, relativa à eventualidade de velhice, isto é, relativa ao subsistema de pensões de velhice.

²⁵ No relatório final são equacionadas hipóteses alternativas a estes pressupostos na estimativa das receitas e despesas relacionadas com pensões de velhice do sistema previdencial da Segurança Social.

Assim sendo, por um lado, estimou-se para cada cenário económico, por quinquénio entre 2015 e 2060, a evolução da massa salarial, admitindo que a percentagem do VAB total destinada a salários em 2015 (34,10%) se mantém até 2060. O salário médio foi estimado dividindo a massa salarial pelo emprego, de modo a obter um salário médio por trabalhador. Por outro lado, estimou-se o valor que seria retido para o sistema de pensões. A este nível, assume-se que a taxa de contribuição dos salários para o sistema público de pensões vai evoluindo à razão histórica, de 22,9% até os 30%. Admite-se como receita para o sistema de pensões de velhice uma percentagem desse valor que corresponde à proporção atribuída à eventualidade de velhice no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (22,21% de 34,75%)²⁶.

As receitas obtidas, de acordo com os três cenários desenvolvidos para a dinâmica futura da economia portuguesa, são demonstradas no quadro seguinte (Quadro 4.2).

Quadro 4.2. Evolução das receitas das contribuições destinadas à eventualidade de velhice por cenário económico com e sem migrações de substituição (2015-2060) a preços constantes de 2015 (em milhões de euros)

		2015	2020	2030	2040	2050	2060
Com migrações	Alto	7.243	9.124	13.444	17.210	22.030	28.200
	Baixo	7.243	8.371	10.384	11.189	12.058	12.993
	Histórico	7.243	8.996	12.886	16.035	19.953	24.829
Sem migrações	Alto sem migrações	7.243	8.745	11.388	12.240	13.230	14.822
	Baixo sem migrações	7.243	8.324	9.824	9.568	9.371	9.514
	Histórico sem migrações	7.243	8.684	11.153	11.822	12.601	13.922

Fonte: Projeto MIGSUB.

26 Devido à ramificação do sistema da Segurança Social, com várias especificidades, abrangências e taxas contributivas globais diferentes para cada regime de trabalhadores inscritos na Segurança Social, optou-se por calcular uma taxa contributiva média através do quociente entre as receitas em contribuições e os salários e ordenados da economia portuguesa. Através dos valores disponibilizados na PORDATA, obteve-se uma taxa contributiva média de 22,91% em 2014. Observa-se que a taxa contributiva média cresce a uma média anual de 2,17% entre 1995 e 2014. Tendo em conta o valor da taxa contributiva média e o ritmo de crescimento médio anual da mesma, tomou-se a decisão de impor um limite superior de 30,00% em 2030 considerando este valor igual para o restante período. Assume-se este teto de forma a considerar a multiplicidade de regimes contributivos e a existência de situações de evasão ao pagamento de contribuições à Segurança Social.

Relativamente aos dados apresentados neste quadro, observa-se uma evolução crescente das receitas em todo o período prospetivo do exercício em análise.

Admitindo a existência de migrações de substituição, partindo todos os cenários do mesmo valor de 7.243 milhões de euros, em 2015, observamos que os cenários Alto e Histórico, em comparação com o cenário Baixo, apresentam o maior volume de receitas retidas ao longo do período, totalizando, no último ano, cerca de 28.200 e 24.829 milhões de euros, respetivamente.

As mesmas tendências são observadas nos cenários cuja dinâmica económica é restringida pela oferta demográfica. No caso dos cenários Alto sem migrações, Baixo sem migrações e Histórico sem migrações de substituição, as receitas totalizam em 2060 aproximadamente os 14.822, 9.514 e 13.922 milhões de euros, respetivamente.

(b) Projeção da despesa relacionada com pensões de velhice

Do lado da despesa procurou-se projetar os custos com as pensões em cada quinquénio. Para tal, assume-se que o valor médio da pensão de velhice num quinquénio é definido como uma proporção (taxa de substituição) do salário médio do quinquénio anterior, admitindo que essa proporção deverá convergir de 56,6% em 2015 para 30,7% em 2060, de acordo com as projeções da Comissão Europeia no *Ageing Report* (CE, 2014, 2015). Para simplificar o exercício assume-se que todas as pessoas acedem à pensão de velhice assim que atingem os 65 anos (apesar da idade normal de reforma se situar nos 66 anos e dois meses desde 2016, tendendo a aumentar), e que o valor desta prestação se mantém o mesmo até ao final da sua vida. Neste exercício recorre-se às projeções demográficas referentes a cada um dos cenários económicos (Capítulo 3) e referentes ao cenário sem migrações (Capítulo 2). Para procurar calibrar o exercício deduziu-se o número de pensionistas de velhice esperados no subsistema de solidariedade do sistema de proteção social de cidadania, tendo por base os dados e a tendência histórica da informação apresentada em MESS (2015)²⁷.

27 Consequentemente, multiplicou-se o número de idosos de 2015 e 2020 por 98,85% e 99,46%, respetivamente, para retirar da estimativa a percentagem de idosos cobertos pelo subsistema de solidariedade (de acordo com a evolução histórica, depois de 2020 a percentagens de pessoas com 65 anos ou mais no subsistema de solidariedade serão residuais).

O cálculo do montante suportado com as pensões foi realizado do seguinte modo: no ano de 2015 multiplicou-se o salário médio da economia pelo número de idosos e, ao mesmo tempo, pela taxa de substituição efetiva da pensão; no quinquénio seguinte foi calculado o número de indivíduos que entram nas faixas etárias dos 65 ou mais anos, multiplicando o salário desse novo quinquénio e da taxa de substituição respetiva. Para além desta despesa em pensões de velhice calculada para os novos indivíduos que entram no sistema (que se tornam pensionistas), foi adicionada a despesa dos idosos que permaneceram vivos entre 2015 e o segundo quinquénio. O cálculo foi idêntico para os seguintes quinquénios. A expressão matemática abaixo traduz o raciocínio atrás descrito.

$$\text{Despesas em pensões no quinquénio}_N = \sum_{i=2015}^N \text{idosos}_i * \text{salário médio}_i * \text{taxa de substituição}_i$$

No quadro seguinte apresentam-se os resultados obtidos para a despesa em pensões de velhice, por cenário económico.

Quadro 4.3. Evolução das despesas com pensões de velhice a preços constantes de 2015, por cenário económico com e sem migrações de substituição (em milhões de euros) (2015 – 2060)

		2015	2020	2030	2040	2050	2060
Com migrações	Alto	14.592	16.050	20.074	25.178	29.634	32.945
	Baixo	14.592	15.850	18.530	20.993	21.800	20.636
	Histórico	14.592	16.013	19.804	24.436	28.179	30.492
Sem migrações	Alto sem migrações	14.592	15.873	19.109	22.742	24.851	24.411
	Baixo sem migrações	14.592	15.828	18.276	20.199	20.291	18.284
	Histórico sem migrações	14.592	15.866	18.987	22.358	24.141	23.425

Fonte: Projeto MIGSUB.

Com a análise do quadro é fácil de constatar que (i) as despesas projetadas para os cenários Alto e Histórico são superiores às projetadas no cenário Baixo; (ii) as despesas projetadas nos cenários com migrações de substituição são superiores aos cenários correspondentes sem migrações. As distâncias entre cenários devem-se em grande medida às diferenças no volume da população

com 65 ou mais anos (superior nos cenários sem restrições de recursos humanos, especialmente no cenário Alto e Histórico). Por outro lado, as diferentes trajetórias de evolução económica (Alto, Baixo, Histórico) fazem variar os valores médios de pensões, contribuindo para as diferenças entre os cenários.

De forma geral, a despesa com pensões de velhice no sistema previdencial tende a aumentar entre 2015 e 2060, especialmente nos cenários com migrações de substituição, mas de forma diferenciada em função da trajetória de crescimento – variação anual média da despesa de 1,85% para o cenário Alto, de 1,68% para o cenário Histórico e de 0,77% no cenário Baixo.

4.2. Projeção dos saldos financeiros relativos às receitas e despesas com pensões de velhice por cenário económico

Com base nos pressupostos adotados, estimou-se a evolução dos saldos financeiros relativos às receitas e das despesas relacionadas com pensões de velhice do sistema previdencial da Segurança Social portuguesa por cenário, tendo em conta a disponibilidade de recursos humanos, ora admitindo migrações de substituição, ora admitindo ausência de migrações.

(a) Admitindo migrações de substituição

O quadro seguinte apresenta a evolução dos saldos financeiros nominais a preços constantes de 2015, entre 2015 e 2060, nos cenários Alto, Baixo e Histórico, em que se admitem migrações de substituição. Ou seja, nestes cenários admite-se a estrutura populacional dos cenários com migrações de substituição analisados no Capítulo 2.

Quadro 4.4. Evolução dos saldos financeiros relativos às receitas e despesas em pensões de velhice a preços constantes de 2015, por cenário económico, com migrações de substituição (2015 – 2060) (em milhões de euros)

	2015	2020	2030	2040	2050	2060
Alto	-7.349	-6.926	-6.630	-7.968	-7.604	-4.745
Baixo	-7.349	-7.479	-8.146	-9.803	-9.743	-7.643
Histórico	-7.349	-7.017	-6.918	-8.401	-8.226	-5.663

Fonte: Projeto MIGSUB.

Com a observação do quadro constata-se que, neste exercício, as despesas específicas para a cobertura da eventualidade de velhice superam as receitas em todos os cenários avaliados.

A este nível é importante ter em conta que estas são projeções muito conservadoras. Em geral, os pressupostos tomados tendem a subestimar o valor da receita, por um lado, e sobrestimar o valor da despesa, por outro. Mais especificamente, relativamente às receitas, neste exercício considera-se uma taxa contributiva inferior à legal, admitindo também que a parcela das contribuições que diz respeito às pensões de velhice não é aumentada ao longo dos 45 anos da projeção. Para além do mais, são apenas consideradas as contribuições dos trabalhadores enquanto receita deste sistema, sendo que estão previstas outras receitas para o sistema de pensões. Por seu lado, a componente da despesa é sobrestimada, ao considerarmos, por exemplo, que todas as pessoas com 65 ou mais anos de idade auferem uma pensão de velhice, quando, na realidade, a idade legal de aposentação é superior (em 2016 era de 66 anos e 2 meses) e com tendência a aumentar. Para além deste facto, estamos a admitir implicitamente, e por razões de simplificação, que todos os pensionistas por velhice, em 2015, recebem o mesmo valor de pensão. Ora esta é uma hipótese exagerada, uma vez que, entre os indivíduos com mais de 65 anos, muitos aposentaram-se em anos anteriores e por isso tendem a receber, em média, pensões mais baixas²⁸. Outro aspeto que exacerba as despesas em pensões de velhice é o facto de considerarmos que todos os indivíduos imigrantes que atingem os 65 anos ou que entrem com 65 ou mais anos auferem de uma pensão de velhice. Esta hipótese agrava naturalmente a despesa, pois é necessária uma carreira contributiva mínima de 15 anos para se ter direito a uma pensão de velhice no regime geral. É, pois, importante ter em conta a forma como as premissas assumidas vêm agravar os saldos financeiros projetados.

É igualmente importante sublinhar que as estimativas não correspondem aos saldos financeiros do sistema previdencial de Segurança Social no seu todo, mas sim à componente relativa à cobertura da eventualidade de velhice. O equilíbrio financeiro do sistema previdencial da Segurança Social

28 Neste exercício, o valor médio da pensão é definido enquanto uma percentagem dos salários (taxa de substituição). Sabendo que, regra geral, o salário médio aumenta ao longo dos tempos (tendência interrompida em alguns anos na última década, em resultado da crise económica), as pensões formadas em anos anteriores a 2015 teriam um valor médio inferior.

teria de ter em consideração a globalidade dos riscos que assegura (invalidez, desemprego, velhice, sobrevivência). Saldos negativos numa componente não implicam o desequilíbrio na totalidade do sistema. Por exemplo, em todos os cenários económicos definidos projeta-se uma evolução decrescente do desemprego e, por consequência, uma evolução mais positiva entre as receitas e despesas relativas à eventualidade do desemprego, o que contribui para o equilíbrio global do sistema previdencial da Segurança Social. Mais em geral, o foco destas estimativas no sistema previdencial não permite equacionar o impacto no aumento das despesas no sistema de proteção social de cidadania, ou outros elementos da política social nacional.

Voltando ao exercício proposto, comparando os diferentes cenários económicos observa-se que o cenário Baixo é aquele em que se observam os saldos financeiros mais negativos ao longo de toda a série temporal (valores relativos às despesas e receitas com pensões públicas no sistema previdencial). Neste cenário, os saldos financeiros tendem a tornar-se mais negativos até 2040, em que se observa um excedente de despesa face à receita relativa às pensões do sistema previdencial superior aos 9,8 mil milhões de euros, registando-se em 2060 um saldo negativo na ordem dos 7,6 mil milhões de euros (preços constantes de 2015). A situação é mais favorável considerando as projeções nos cenários Alto e Histórico. Ainda que se registem valores negativos, estes são de valor nominal menor, atingindo cerca de 8 mil milhões na década de 40.

(b) Admitindo ausência de migrações de substituição

O quadro seguinte apresenta a evolução dos saldos financeiros nominais relativos às receitas e despesas com pensões de velhice no sistema previdencial, entre 2015 e 2060, nos cenários Alto sem migrações, Baixo sem migrações e Histórico sem migrações, em que se admite que a economia é estrangida pela ausência de migrações.

Quadro 4.5. Evolução dos saldos financeiros relativos às receitas e despesas em pensões de velhice a preços constantes de 2015 por cenário económico, sem migrações de substituição (2015-2060) (em milhões de euros).

		2015	2020	2030	2040	2050	2060
Sem migrações	Alto sem migrações	-7.349	-7.128	-7.721	-10.503	-11.621	-9.589
	Baixo sem migrações	-7.349	-7.504	-8.453	-10.631	-10.920	-8.770
	Histórico sem migrações	-7.349	-7.182	-7.834	-10.536	-11.540	-9.503

Fonte: Projeto MIGSUB.

Nestes cenários, admite-se que o volume e a estrutura populacional evoluem em função do projetado no cenário sem migrações, como apresentado no Capítulo 2 (Quadro 2.2). É possível constatar que, com o constrangimento de recursos humanos associado à oferta demográfica sem migrações, os saldos financeiros relativos às receitas e despesas em pensões de velhice são mais gravosos do que nas situações análogas com migrações de substituição.

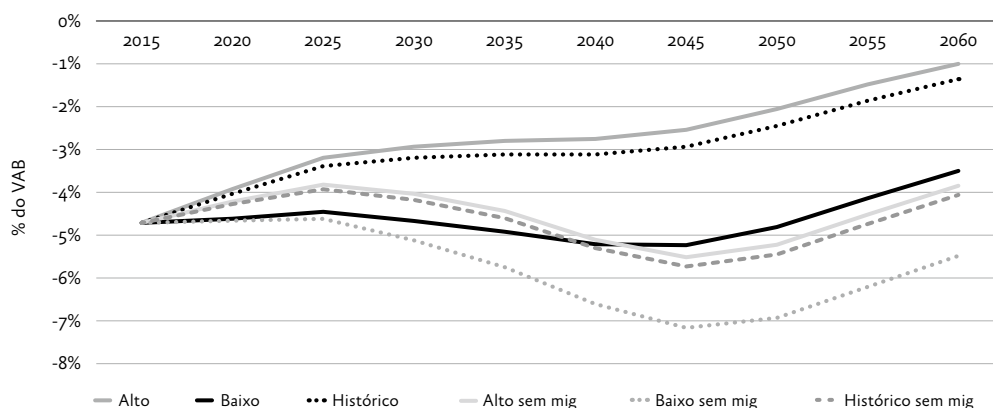
Verifica-se também que os saldos financeiros evoluem de forma diferente. No início da série temporal, tal como no ponto anterior, o cenário de menor crescimento económico, cenário Baixo sem migrações, é o que apresenta maiores excedentes da despesa face à receita, atingindo em 2040 o valor de -10,6 mil milhões de euros. Contudo, nos últimos 20 anos da série temporal, os saldos financeiros são particularmente negativos nos cenários Alto sem migrações e Histórico sem migrações, atingindo em 2060 cerca de 9,5 mil milhões de euros, a preços constantes de 2015. A inversão desta tendência é explicada em grande medida pela evolução demográfica que se admite nestes três cenários. Num cenário constrangido pela oferta demográfica sem migrações, a percentagem de pessoas com 65 ou mais anos agrava-se particularmente nos últimos anos do exercício projetivo. Esta situação agrava mais os saldos nos cenários Alto sem migrações e Histórico sem migrações, pois assumem-se pensões médias de valor superior.

(c) Impacto das migrações de substituição

Nesta etapa procura-se analisar o impacto da ausência ou presença de migrações de substituição, no equilíbrio financeiro do sistema de pensões de velhice. Nesse sentido compara-se a evolução quinquenal dos saldos relativos às receitas

e despesas em pensões de velhice do sistema previdencial da Segurança Social por cenário económico enquanto percentagem do VAB, admitindo cenários com e sem restrições de recursos humanos (Figura 4.1). Esta comparação é mais justa do que a comparação por valores nominais, na medida em que apresenta os saldos em proporção do valor gerado pela economia em cada cenário.

Figura 4.1. Evolução dos saldos financeiros relativos a receitas e despesas com pensões de velhice por cenário económico com e sem migrações de substituição (em percentagem do VAB) (2015 –2060).



Nota: Recorde-se que no cenário Alto admite-se a inclusão de um saldo migratório anual de +103,3 mil pessoas, no cenário Baixo de +40,9 mil pessoas e no cenário Histórico de +89,4 mil pessoas, por ano, entre 2015 e 2060.
Fonte: Projeto MIGSUB.

A Figura 4.1 torna evidente que as restrições de recursos humanos, isto é, a ausência de migrações, agravam os saldos financeiros relativos às receitas e despesas com pensões de velhice em todos os cenários económicos ao longo de toda a série projetiva, tanto considerando um crescimento económico alto, como baixo, ou em linha com a tendência histórica. A figura também permite concluir que as diferentes trajetórias económicas resultam em evoluções diferenciadas nos saldos financeiros relativos às pensões de velhice. Entre os cenários com recursos humanos adequados, isto é, com migrações de substituição verifica-se uma tendência para a melhoria dos saldos relativos às receitas e despesas em pensões de velhice nos cenários Alto e Histórico, sendo esta evolução positiva mais acelerada entre 2015 e 2025 e depois de 2045. Entre 2015 e 2060 os saldos financeiros aumentam de -4,7% para -1,4% e -1,0% nos cenários Alto e Histórico, respetivamente. Em contrapartida, a evolução dos

saldos relativos às pensões de velhice equacionando um crescimento Baixo mostra-se relativamente estável no início da série temporal, agravando-se entre 2025 (-4,5%) e 2045 (-5,2%), e retomando uma trajetória de aumento até 2060, atingindo o valor de -3,5% do VAB, nesse ano.

Admitindo a evolução da economia constrangida à oferta demográfica no cenário sem migrações, projetam-se saldos financeiros relativos às receitas e despesas com pensões de velhice mais negativos, com pontos de inflexão mais evidentes. No cenário Alto sem migrações verifica-se uma ligeira melhoria dos saldos até 2025 (-3,8%), sendo que entre 2030 e 2045 se tornam mais negativos, melhorando a posição financeira a partir de 2050 e atingindo um valor de -3,9 em 2060. A mesma dinâmica é verificada para o cenário Histórico sem migrações, sendo que, em 2060, este cenário alcança um saldo financeiro de -4,1%. Para o cenário Baixo sem migrações, apesar de se registarem melhorias nos saldos até 2025, observa-se uma deterioração acentuada a partir dessa data até 2045 (-7,2%), particularmente acelerada entre os anos 2025 e 2045. Depois de 2045, observa-se um progressivo aumento dos saldos financeiros relativos às receitas e despesas com pensões de velhice até 2060, atingindo os -5,5% do VAB no final da série projetiva. A combinação de um baixo crescimento económico e de uma evolução demográfica decrescente resultam nos saldos mais negativos entre os cenários estudados.

4.3. Considerações finais

Neste capítulo são estudados os efeitos no equilíbrio financeiro do sistema de pensões de velhice que decorrem de uma população envelhecida, comparando o impacto de uma situação onde a economia dispõe de força de trabalho suficiente (através de migrações de substituição), com o que resultaria de uma economia limitada pela escassez de recursos humanos (sem migrações de substituição).

É importante sublinhar que o exercício assenta num conjunto alargado de pressupostos. Em primeiro lugar, parte de um conjunto de cenários em que se articulam dimensões económicas e demográficas. Depois é necessário definir uma série de pressupostos relativos à projeção das receitas e das despesas associadas às pensões de velhice do sistema contributivo, para se chegar à projeção dos respetivos saldos financeiros. Tal como referido anteriormente,

as opções tomadas enviesam as estimativas para o lado da despesa, isto é, as simplificações assumidas tendem a sobrestimar as despesas com pensões.

Outra reserva necessária a fazer prende-se com o foco no caso das pensões de velhice do sistema previdencial da Segurança Social. A análise não considera o impacto das migrações noutras prestações do sistema previdencial (como o desemprego ou a invalidez), nem de outras componentes do sistema de Segurança Social em Portugal (sistema de proteção social de cidadania e sistema complementar).

Destacam-se duas conclusões. A primeira é que as trajetórias de crescimento económico (Alto, Baixo e Histórico) têm impacto na evolução dos saldos financeiros relativos a pensões, sendo as situações mais negativas as equacionadas mediante o cenário de menor crescimento económico. A segunda conclusão a destacar é que os cenários em que se assume uma evolução económica sem migrações de substituição, são mais penalizadores para o equilíbrio financeiro do sistema de pensões de velhice. Projeta-se que o desequilíbrio financeiro tende a aumentar nestas circunstâncias, ao contrário do que sucede nos cenários com migrações.

Os exercícios realizados no âmbito deste estudo não podem ser avaliados como projeções futuras da evolução das despesas e dos gastos com pensões de velhice até 2060, mas sim como uma ferramenta analítica que pretende demonstrar a importância da evolução demográfica na sustentabilidade dos sistemas de pensões. Ao comparar cenários económicos equivalentes, adicionando as migrações de substituição ao crescimento demográfico projetado com base nas hipóteses de evolução da fecundidade e da esperança média de vida, procurou-se evidenciar a importância de integrar as dimensões demográficas e económicas neste tipo de exercícios prospetivos. Desta forma, demonstra-se a importância das migrações para o equilíbrio financeiro dos sistemas de pensões de base contributiva (sistema previdencial). A consideração de migrações de substituição permite antever uma evolução mais positiva entre as receitas e despesas relativas à eventualidade de velhice, o que contribui para o equilíbrio global do sistema previdencial da Segurança Social.

Conclusão

Jorge Malheiros e João Peixoto

Portugal precisa de imigrantes é a primeira e mais básica conclusão deste estudo. Contudo, dita assim, esta afirmação parece ter um conteúdo demasiado óbvio num dos países mais envelhecidos da Europa, que regista um nível de fecundidade inferior à substituição de gerações desde inícios dos anos 80 da centúria passada e que vem acumulando saldos migratórios negativos. *Portugal não pode ter tantos emigrantes* é uma segunda conclusão possível. Apesar de se ter anunciado várias vezes o encerramento do grande ciclo emigratório do país, que atravessou todo o século XX, a verdade é que a emigração nunca terminou. No período posterior à crise económica mundial de 2008 e, em particular, depois de 2011, com a acentuada crise financeira, económica e social nacional, tornou-se muito intensa, chegando a níveis próximos dos anos 60 do século XX. A conjugação de forte emigração com baixa fecundidade fez de Portugal um local de grave crise demográfica.

A explicitação destas conclusões de carácter genérico pode fazer-se da seguinte forma: a sustentabilidade demográfica, económica e social de Portugal, considerando um período prospetivo até 2060, requer um *input* populacional correspondente a um saldo migratório positivo que, mesmo nos cenários mais desfavoráveis, se aproxima, no mínimo, dos valores mais elevados registados no recente período de atração demográfica do país, situados entre finais do último decénio do século XX e primeiros anos do século XXI.

Mas qual é o significado destas conclusões e como foi possível chegar a elas? Em que pressupostos básicos assentam? Qual é o valor estimado do saldo migratório para assegurar essa sustentabilidade nos próximos 45 anos? Qual a sua variação em distintos cenários económicos e demográficos? É possível saber algo sobre a sua composição em termos de qualificações? Que impacto

tem sobre as contas da Segurança Social, em particular do sistema de pensões de velhice que integra o sistema previdencial?

Para responder a estas perguntas, a equipa que realizou este trabalho desenvolveu uma metodologia que, em primeiro lugar, determina projeções demográficas sem migrações com base em algumas hipóteses centrais, relativas à evolução da fecundidade e da esperança de vida, apresentadas pelo INE em 2014. A partir daqui, são elaboradas estimativas das migrações de substituição (saldos migratórios) necessárias para (i) manter a população total do país no quantitativo observado em 2015, (ii) manter a população em idade ativa (15-64 anos) observada na mesma data e (iii) assegurar que o índice de sustentabilidade potencial (ISP=rácio entre população em idade ativa e idosos) não se altera.

Para além do exercício de demografia, foi efetuado um estudo prospetivo para a evolução da economia nacional, que estimou as necessidades de recursos humanos (emprego) inerentes a três cenários de evolução macroeconómica (cenário alto – maior dinamismo; cenário baixo – menor dinamismo; e cenário histórico), construídos a partir de uma análise do comportamento da economia portuguesa entre 1977 e 2014, conjugada com a opinião de especialistas, obtida a partir da aplicação da metodologia Delphi. Foi ainda possível estimar a necessidade de recursos humanos por níveis de qualificação e habilitações escolares (qualificações baixas, equivalentes ao ensino básico; qualificações intermédias, equivalentes ao ensino secundário; e qualificações elevadas, equivalentes ao ensino superior). Apuraram-se, em seguida, os valores do saldo migratório, no total e por níveis de qualificação, que seriam necessários para colmatar as necessidades previstas da economia.

O terceiro pilar do exercício prospetivo diz respeito à projeção de determinados elementos do sistema de pensões de velhice do sistema previdencial da Segurança Social. Foram consideradas hipóteses de evolução do lado das receitas e do lado das despesas, de modo a estimar os saldos financeiros resultantes. Foi depois comparada a evolução do sistema numa situação de funcionamento pleno da economia, depois de inseridos os saldos migratórios necessários, e numa situação de escassez de recursos humanos, devido à ausência de migrações.

É o cruzamento das componentes demográfica, económica e relativa à Segurança Social que constitui a mais-valia fundamental deste estudo, permitindo obter os resultados que dão resposta às questões enunciadas acima.

Importa sublinhar que todas as estimativas apresentadas assentam num conjunto alargado de pressupostos e simplificações. As hipóteses definidas no âmbito da componente demográfica, da componente económica e da componente relativa ao sistema de pensões podem, e devem, ser discutidas criticamente.²⁹ Ainda assim, estas hipóteses assentam em pressupostos tecnicamente sustentados, sendo consideradas razoáveis para os objetivos que pretendemos atingir.

Tendo em consideração a aplicação deste modelo, os principais resultados obtidos, relativamente às “necessidades” de *superavit* migratório e aos seus efeitos, podem ser sintetizados nos seguintes pontos:

- 1) A evolução esperada da população residente em Portugal, não considerando migrações, deverá conduzir a uma redução demográfica dos atuais 10,4 milhões para cerca de 7,8 milhões, em 2060. Este declínio será acompanhado pelo prolongamento do acentuado processo de envelhecimento, tanto no topo como na base da pirâmide etária, que se traduzirá numa redução dos jovens em 44%, dos adultos em 40% (decréscimo absoluto de 2,7 milhões) e num aumento da população idosa (idades iguais ou superiores a 65 anos) em 39% (aproximadamente mais 820.000 seniores).
- 2) A manutenção da dimensão total da população residente nos atuais 10,4 milhões exigirá um saldo migratório global positivo de cerca de +2,2 milhões, entre 2015 e 2060. Em termos de fluxo anual médio do período, o saldo migratório estimado situar-se-á em cerca de +47 mil entradas do que saídas, o que pode ser considerado um valor plausível, se tivermos em conta os valores observados no período de *superavit* migratório situado entre finais dos anos 90 do século passado e os primeiros anos deste milénio.
- 3) Se o objetivo for manter o volume de população em idade ativa registado atualmente, o saldo migratório necessário entre 2015 e 2060 já se situará em cerca de +3,4 milhões de imigrantes do que emigrantes. Neste caso, o valor anual médio esperado desse saldo migratório será de

29 Por exemplo, a nível demográfico assume-se que o comportamento da fecundidade e da mortalidade da população residente é semelhante ao da população imigrada; nos cenários económicos admite-se que a estrutura das interdependências referentes às trocas de bens e serviços entre ramos produtivos e fatores de produção mantém-se ao longo de todo o exercício; nas estimativas da Segurança Social não se considera a evolução da idade normal de reforma, ou as implicações das migrações noutros componentes do sistema que não o da conta das pensões de velhice do sistema previdencial.

cerca de +75 mil indivíduos, número que claramente excede os valores médios registados no período recente de *superavit* migratório.

4) Não obstante os *superavits* migratórios estimados para manter o total de população ou o volume de pessoas em idade ativa (com um consequente crescimento do total de residentes), o processo de envelhecimento de Portugal não será invertido em nenhum dos casos, mas apenas atenuado.

5) Se se pretender travar o envelhecimento exclusivamente com base na atração de migrantes, mantendo, em termos concretos, o índice de sustentabilidade potencial de 3,22 registado em 2015, os saldos migratórios disparam para valores irrealistas elevadíssimos: +27 milhões no total do período de referência.

6) O resultado da conjugação das necessidades (procura) de recursos humanos (emprego) geradas pelos resultados do modelo de evolução da economia, com a oferta de população empregada estimada pela projeção demográfica sem migrações, indica um défice acumulado de emprego, que se sente logo em 2020, e que atinge, nesse ano, um valor entre 24 mil (cenário baixo) e 184 mil trabalhadores (cenário alto). Este défice vai crescendo progressivamente, cifrando-se entre 1 e 2,6 milhões de empregados, em 2060. Neste quadro, a economia portuguesa, para prosseguir a evolução favorável, que podemos associar aos cenários histórico e alto, necessitará de registar um saldo migratório global positivo de recursos humanos, entre 2015 e 2060, situado entre +2,2 milhões e +2,6 milhões de trabalhadores. Note-se que os valores projetados para este saldo migratório de ativos ou empregados necessários à economia originam, efetivamente, um saldo migratório global bastante mais elevado, uma vez que os trabalhadores vêm muitas vezes acompanhados de parentes que estão fora da idade ativa. Para conseguir perceber o impacto global dos saldos migratórios de recursos humanos (*superavit* de entradas de emprego), foi efetuado o cálculo das migrações de substituição totais que lhe estão associadas e que incluem a população em idade ativa em falta e os saldos migratórios correspondentes de jovens e idosos. Decorre daqui que as necessidades não satisfeitas de empregados, até 2060, que nos cenários económicos baixo, histórico e alto correspondem, respetivamente, a +1 milhão, +2,2 milhões e +2,6 milhões

de trabalhadores, se transformam, em termos de saldos migratórios globais, em + 1,8 milhões, + 4 milhões e + 4,6 milhões.

7) Calcularam-se ainda os diferenciais entre os empregos esperados em cada cenário económico e a evolução da população empregada, num cenário sem migrações, para os três níveis de escolaridade explicitados acima, o que permite estimar os saldos migratórios (negativos ou positivos) que resultam dessas diferenças. Em termos de resultados, este exercício evidencia que, até ao decénio de 20 do presente século, a evolução da população sem migrações, não só consegue satisfazer as necessidades da economia em termos de *empregos pouco qualificados*, como é mesmo excedentária (oferta demográfica excedentária acumulada, em 2020, situada entre 10,7 mil trabalhadores e 77,2 mil trabalhadores, conforme tomemos como referência os cenários económicos histórico ou baixo). Contudo, a partir deste período, a situação inverte-se e a oferta demográfica deixa de satisfazer a procura por parte da economia, no que respeita a este tipo de recursos humanos, acumulando-se, em 2060, um défice situado entre 327 mil (cenário económico baixo) e 718 mil trabalhadores (cenário económico alto). No que concerne às necessidades de *trabalhadores com ensino secundário*, o défice, embora existente, é menos acentuado. Pode mesmo afirmar-se que, até finais do decénio de 2020, ocorre um decréscimo progressivo deste défice, em todos os cenários. Após 2030, as necessidades de trabalhadores com qualificações médias por parte da economia portuguesa seguem tendências distintas, evoluindo, no caso do cenário baixo, no sentido da completa satisfação com base na oferta demográfica interna (sem migrações), gerando-se mesmo um excesso demográfico da população com esta escolaridade, em 2060. Em contrapartida, nos cenários histórico e alto, a situação é inversa, pois estima-se que as necessidades da economia não serão satisfeitas pela evolução demográfica no cenário sem migrações, acumulando-se, em 2060, défices situados entre 332 mil e 437 mil trabalhadores, cuja colmatação exigirá um *superavit* migratório. Por último, é ao nível dos *altamente qualificados* que os défices de trabalhadores serão mais significativos, em qualquer cenário económico, acumulando-se de forma continuamente crescente até 2060,

quando atingirão quantitativos situados entre aproximadamente 740 mil e 1,4 milhões.

8) As estimativas do impacto da entrada de migrantes de substituição no balanço do sistema de pensões de velhice do sistema previdencial da Segurança Social apontam para efeitos positivos significativos, embora insuficientes para tornar a conta favorável, uma vez que esta se mantém sistematicamente negativa, entre 2015 e 2060. De qualquer modo, enquanto no cenário histórico da evolução macroeconómica, considerando migrações de substituição, a conta do sistema de pensões de velhice atinge um saldo financeiro máximo estimado negativo de -8,8 milhões de euros (correspondente a 2,9% do VAB, aproximadamente), em 2045; no caso de um cruzamento do mesmo cenário macroeconómico com a projeção da população sem migrações, a tendência de evolução é idêntica, mas o saldo máximo estimado negativo chega aos -11,6 milhões de euros (5,7% do VAB), também em 2045. Outro elemento que atesta o impacto favorável das migrações de substituição nestas estimativas das contas do sistema de pensões de velhice do sistema previdencial da Segurança Social diz respeito ao facto do peso do saldo financeiro negativo no VAB aumentar, em todos os cenários macroeconómicos, entre 2025 e 2045, quando se considera apenas a projeção da população sem migrações. Pelo contrário, quando se admitem migrações de substituição tal não ocorre, uma vez que neste caso a proporção do valor do défice do subsistema de pensões no VAB é sempre decrescente, com exceção da tendência associada ao cenário macroeconómico baixo.

Em síntese, como referimos acima, Portugal precisa de imigrantes e não pode perder tantos emigrantes. A existência de saldos migratórios positivos (mais entradas do que saídas) é vital para a sustentabilidade do país. A nível demográfico, a população residente em Portugal sofrerá um declínio e envelhecimento acelerado nas próximas décadas se não for compensada por migrações. A nível económico, os dados evidenciam como as necessidades de recursos humanos esperadas superam, mesmo num cenário de crescimento baixo, a evolução populacional esperada sem migrações – especialmente considerando recursos humanos com qualificações superiores. Por fim, ao nível da Segurança Social, identifica-se um impacto positivo

das migrações no equilíbrio financeiro da conta das pensões de velhice do sistema previdencial.

Porém, considerar as migrações como estratégia única para compensar o envelhecimento e os problemas daí decorrentes mostra-se muito pouco razoável e ineficaz. Mesmo equacionando metas pouco exigentes, como a de assegurar a manutenção da dimensão da população em idade ativa, tal implicaria a entrada de volumes elevados de população ao longo dos 45 anos do exercício, a um nível superior ao conhecido até hoje. A consequência da entrada destes fluxos populacionais é difícil de prever, mas implicaria uma transformação a nível social, económico e político que teria de ser equacionada. Para além disso, a população imigrante também envelhece, gerando necessidades populacionais acrescidas e novos desafios que teriam que ser resolvidos.

Deve ainda ser referido que o estudo não esgota os temas que a existência de migrações obriga a considerar numa análise prospetiva. Tanto a entrada de imigrantes como a saída de emigrantes são poderosos veículos de mudança social e económica. Nas sociedades europeias atuais, a imigração é um dos assuntos que suscita maior debate e atenção pública, não só pelas suas repercussões em matérias como o emprego, a cultura ou a demografia, mas também pela sua associação, frequentemente abusiva, à questão da (in) segurança. Embora Portugal tenha permanecido relativamente à margem desta discussão, uma modificação dos padrões migratórios pode alterar as atitudes da população de acolhimento e do poder público. Nenhum destes temas foi abordado neste estudo. Eles deverão ser alvo de pesquisas futuras.

Para concluir, gostaríamos de chamar a atenção para a questão da *incerteza*, uma noção fundamental deste trabalho. Se a projeção das migrações é, nos modelos demográficos, uma componente marcada por muito maior incerteza do que as componentes naturais de natalidade e mortalidade, os tempos que vivemos parecem contribuir para acentuar, mais ainda, o nível de incerteza associado aos comportamentos demográficos, à evolução da economia e da política. Tendo isto em consideração, assume-se que este estudo não pretende prever o futuro, mas sim projetar tendências em função de determinados cenários e objetivos, assentes em pressupostos que se assumem como plausíveis. Dito isto, estamos cientes do grau de incerteza dos resultados a que se chegou. Porém, estamos também seguros de que estes apontam para

determinado tipo de necessidades e respostas, bem sustentadas do ponto de vista dos pressupostos e da metodologia, que são capazes de contribuir para a definição de estratégias de desenvolvimento e o estabelecimento de metas futuras, no quadro de um melhor desenho das políticas públicas.

Bibliografia

- ABREU, A. Peixoto, J. (2009). Demografia, mercado de trabalho e imigração de substituição: tendências, políticas e prospectiva no caso português. *Análise Social*, 44 (193), 719-746.
- BIJAK, J. Kupiszewska, D. Kupiszewski, M. (2008). Replacement migration revisited: Simulations of the effects of selected population and labor market strategies for the aging Europe, 2002-2052. *Population Research and Policy Review*, 27, 321-342.
- BIJAK, J. Kupiszewska, D. Kupiszewski, M. Saczuk, K. (2013a). The future of European populations and the European labour force, 2002-2052. In M. Kupiszewski, *International migration and the future of populations and labour force resources in Europe* (pp. 207-231). Londres: Springer.
- BIJAK, J. Kupiszewska, D. Kupiszewski, M. Saczuk, K. (2013b). Population ageing, population decline and replacement migration in Europe. In M. Kupiszewski, *International migration and the future of populations and labour force resources in Europe* (pp. 243-267). Londres: Springer.
- BRUNI, M. (2009). Demographic forecasts, migration and transition theory: a labor market perspective. *Papeles de Población*, 62, 9-72.
- CASTRO, E. A. Martins, J. M. Silva, C. J. (2015). *A Demografia e o País – Previsões cristalinas sem bola de cristal*. Lisboa: Gradiva.
- COLEMAN, D. (2000). Who's afraid of low support ratios? An unofficial response from the United Kingdom to the UN Population Division Report on Replacement Migration. Expert Group Meeting on Policy Responses to Population Ageing and Population Decline. Disponível em: <http://www.oisp.ox.ac.uk/fileadmin/documents/PDF/wp04.pdf>.
- COLEMAN, D. (2008). The demographic effects of international migration in Europe. *Oxford Review of Economic Policy*, 24(3), 453-477.
- COLEMAN, D. Rowthorn, R. (2011). Who's afraid of population decline? A critical examination of its consequences. *Population and Development Review*, 37, 217-248.
- Comissão Europeia (CE) (2014). *The 2015 Ageing Report. Underlying assumptions and projection methodologies*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (CE) (2015). *The 2015 Ageing Report. Economic and budgetary projections for the 28 EU Member States (2013-2060)*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- DEMOSPIN (2013). *Demografia Economicamente Sustentável – Reverter o declínio em áreas periféricas (DEMOSPIN)*. Disponível em: http://www.ua.pt/getin/InvestigCientifica_DEMOSPIN.
- EDIJEV, D. Coleman, D. Scherbov, S. (2013). New Measures of Population Reproduction for an Era of High Migration. *Population, Space and Place*, 645, 622-645.

- ESPON (2006). *ESPON project 1.1.4. The Spatial Effects of Demographic Trends and Migration*. Estocolmo: Swedish Institute for Growth Policy Studies.
- ESPENSHADE, T. J. (2001). Replacement migration. From the perspective of equilibrium stationary populations. *Population and Environment*, 22(4), 383–389.
- GASPAR, J. Abreu, D. Ferrão, J. Jensen-Butler, C. (1989). *Portugal. Os próximos 20 anos: vol.6. Ocupação e organização do espaço: uma prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GOMES, M.C. S., Moreira, M. J. G. (2014). Dinâmicas demográficas do envelhecimento. Análise retrospectiva e questões atuais. In M. L. Bandeira (Ed.), *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa: 1950-2011. Evolução e perspectivas* (p.p. 111-165). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- GRANT, L. (2001). Replacement migration: The UN population division on European population. *Population and Environment*, 22(4), 391–399.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2014). *Documento metodológico (Versão 2.0). Projeções de população residente 2012-2060*. Instituto Nacional de Estatística: Lisboa.
- LANZIERI, G. (2011). *Fewer, older and multicultural? Projections of the EU populations by foreign/national background* (Methodologies and Working papers). Luxemburgo: EUROSTAT.
- LUTZ, W. Butz, W. P. Samir, K. C. (Eds.) (2014). *World population and human capital in the 21st century*. Oxford: Oxford University Press.
- Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS). (2015). *Avaliação atuarial do sistema previdencial da Segurança Social*. Lisboa: GEP/MSESS: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2000). *Replacement Migration: Is It a Solution to Declining and Ageing Populations?*, Nova Iorque: Organização das Nações Unidas.
- ROGERS, A. Little, J. Raymer J. (2010). *The indirect estimation of migration. Methods for dealing with irregular, inadequate, and missing data*. Londres: Springer.
- ROSA, M. J. V. Seabra, H. Santos, T. (2004). *Contributos dos imigrantes na demografia portuguesa. O papel das populações de nacionalidade estrangeira*. Porto: ACIDI.
- SACZUK, K. (2013). Development and critique of the concept of replacement migration. In Kupiszewski, M. (Eds.) *International migration and the future of populations and labour force resources in Europe* (pp. 233-242). Londres: Springer.
- SOBOTKA, T. (2008). Does persistent low fertility threaten the future of European populations? In Surkyn, J. Deboosere, P. van Bavel, J. (Eds.). *Demographic challenges for the 21st century. A state of the art in demography* (pp. 27-89). Buxelas: Vubpress/ Brussels University Press.

- TYERS, R. Shi, Q. (2007). Demographic change and policy responses. Implications for the global economy. *The World Economy*, 30, 537–566.
- VISHNEVSKY, A. (2000). *Replacement migration. Is It a solution for Russia?* Expert Group Meeting on Policy Responses to Population Ageing and Population Decline. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/popdecline/vishnevsky.pdf>.
- WILSON, C. Sobotka, T. Williamson, L. Boyle, P. (2013). Migration and intergenerational replacement in Europe. *Population and Development Review*, 39(1), 131–157.

Fundação Francisco Manuel dos Santos

Coordenadora da Área da População: Maria João Valente Rosa

Outros estudos

Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida [2013]

Coordenador: Manuel Villaverde Cabral

Publicado em duas versões: estudo completo e versão resumida

Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa: 1950-2011 Evolução e Perspectivas [2014]

Director: Mário Leston Bandeira

Determinantes da fecundidade em Portugal [2016]

Maria Filomena Mendes, Paulo Infante, Anabela Afonso, Andreia Maciel, Filipe Ribeiro, Lídia Patrícia Tomé e Rita Brazão de Freitas

Director de Publicações: António Araújo

Conheça todos os projectos da Fundação em www.ffms.pt

Este estudo analisa o papel das migrações na sustentabilidade demográfica de Portugal a curto, médio e longo prazo, tendo por base o conceito de migrações de substituição e a construção de cenários prospetivos até 2060.

As tendências de envelhecimento, diminuição da população e redução do número de pessoas em idade ativa estão em curso. Neste contexto, qual poderá ser o papel das migrações? Qual o saldo migratório necessário para contrariar tais tendências demográficas? Como poderão as migrações responder às necessidades futuras do mercado de trabalho, no total e por níveis de qualificação? Qual será o impacto das migrações no sistema da Segurança Social, em particular no subsistema de pensões de velhice?

Conclui-se que o país deve manter-se aberto à imigração e resistente a uma emigração volumosa. Mas ao estabelecer que os níveis de migração necessária são, em certos cenários, bem mais elevados do que os conhecidos até hoje, o estudo alerta, também, para a necessidade de procurar outras soluções.

ISBN 978-989-8863-18-8



9 789898 863188